



Universidade de Brasília - UnB  
Faculdade de Ciência da Informação - FCI  
Curso de Graduação em Biblioteconomia

ERIKA CRUZ DA SILVA TINÔCO

**CRITÉRIOS DE AUTORIDADE PARA A REALIZAÇÃO DE SELEÇÃO  
DE MATERIAIS DE INFORMAÇÃO EM BIBLIOTECAS  
ESPECIALIZADAS**

Brasília  
2017



Universidade de Brasília  
Faculdade de Ciência da Informação  
Curso de Graduação em Biblioteconomia

ERIKA CRUZ DA SILVA TINÔCO

**CRITÉRIOS DE AUTORIDADE PARA A REALIZAÇÃO DE SELEÇÃO  
DE MATERIAIS DE INFORMAÇÃO EM BIBLIOTECAS  
ESPECIALIZADAS**

Monografia apresentada ao curso de Biblioteconomia da Faculdade de Ciência da Informação – FCI – da Universidade de Brasília – UnB – como requisito à obtenção do grau de Bacharel em Biblioteconomia.

Orientador: Prof. Dr. Rodrigo Rabello

Brasília  
2017

TC934c

Tinôco, Erika Cruz da Silva

Cr terios de autoridade para a realiza o de sele o de materiais de informa o em bibliotecas especializadas / Erika Cruz da Silva Tin co – Bras lia: 2017.

83 f, il.

Monografia (Gradua o – Biblioteconomia) – Universidade de Bras lia, Faculdade de Ci ncia da Informa o, 2017.

Orientador: Rodrigo Rabello

1. Cr terios de sele o. 2. Cr terios de autoridade. 3. Pol tica de desenvolvimento de cole es. 4. Biblioteca especializada. 5. Meio ambiente. I. Rabello, Rodrigo, orient. II. T tulo.



**Título: Critérios de autoridade para a realização de seleção de materiais de informação em bibliotecas especializadas.**

**Aluna: Érika Cruz da Silva Tinôco.**

Monografia apresentada à Faculdade de Ciência da Informação da Universidade de Brasília, como parte dos requisitos para obtenção do grau de Bacharel em Biblioteconomia.

Brasília, 17 de agosto de 2017.

**Rodrigo Rabello da Silva - Orientador**  
Professor da Faculdade de Ciência da Informação (UnB)  
Doutor em Ciência da Informação

**Fernando César Lima Leite – Membro**  
Professor da Faculdade de Ciência da Informação (UnB)  
Doutor em Ciência da Informação

**João de Melo Maricato – Membro**  
Professor da Faculdade de Ciência da Informação (UnB)  
Doutor em Ciência da Informação

Dedico a minha família e amigos por todo o apoio fornecido.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço primeiramente a minha família por não ter me permitido desistir, me apoiado a todo o momento, me educado e ensinado o caminho do bem, assim como pelos conselhos e pelo auxílio prestado.

Gostaria de agradecer também aos meus amigos e colegas, principalmente os que estão comigo a todo o momento, obrigada, Cristiane Mendes, Gislene Lopez, Joaquim Moraes e Thays Barbosa; a amizade e apoio de vocês durante esses anos foi essencial para o meu crescimento pessoal e acadêmico.

Obrigada aos professores integrantes da banca, Fernando Leite e João Maricato, pelas relevantes contribuições para o aprimoramento da monografia, e ao meu orientador, Rodrigo Rabello, por primeiramente ter aceitado me orientar e por toda paciência, ensinamentos e ótima orientação durante a confecção deste trabalho.

*“A verdadeira vitória só vem junto de  
muito sacrifício.” (The 100)*

## RESUMO

Considera a relevância dos critérios de autoridade para a realização de seleção de materiais de informação em bibliotecas especializadas, haja vista a relevância do processo no âmbito da formação e desenvolvimento de acervos nesse contexto. Instituições que intermediam informação sobre o meio ambiente têm sua reconhecida função social à medida que o tema é de interesse global, algo que amplia o interesse às coleções digitais e em rede, com o seu característico alcance. Nessa direção, a política de desenvolvimento de coleções de duas bibliotecas especializadas sobre o tema, foram investigadas: do Instituto de Meio Ambiente e de Recursos Hídricos do Distrito Federal – Brasília Ambiental (IBRAM) e do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis (IBAMA). A pesquisa objetiva, de modo geral, propor a consideração de critérios de autoridade alternativos ao desenvolvimento de coleções, dentre os quais os critérios de autoridade epistêmica, científica e cognitiva, para a realização de seleção de materiais de informação em bibliotecas especializadas e, de modo específico: a) identificar e comparar os critérios de seleção relativos às políticas de desenvolvimento de coleções nas bibliotecas especializadas do IBRAM e do IBAMA; b) relacionar os conceitos de autoridade epistêmica, cognitiva e científica, com vistas a verificar a viabilidade de considerá-los no âmbito do desenvolvimento de coleções ao compará-los com os critérios de seleção e de autoridade que compõem as políticas das bibliotecas especializadas analisadas. A pesquisa tem natureza qualitativa, bibliográfica e documental. A fundamentação teórica contou com os conceitos de biblioteca especializada, biblioteca temática política de desenvolvimento de coleções, processo de seleção de documentos, critérios de seleção, critérios de autoridade e bibliotecas especializadas com a temática em meio ambiente, algo relevante para a análise dos *corpora* constituídos pela documentação oficial – políticas de desenvolvimento de coleções – das instituições analisadas. Conclui-se que os critérios de seleção apresentados pelas duas políticas são, em grande medida, convergentes; já os elementos presentes nos critérios de autoridade podem ser mais abrangentes, mas bem delimitados, não se limitando apenas na seleção de acordo com a reputação do autor ou do editor. Complementarmente, os critérios observados na literatura devem consistir na procura de elementos que garantam a autenticidade, a credibilidade, a confiabilidade, a fidedignidade e a legitimidade da informação.

**Palavras-chave:** Critérios de seleção. Critérios de autoridade. Política de desenvolvimento de coleções. Biblioteca especializada. Meio ambiente.



## ABSTRACT

This study considers the relevance of the authority criteria for the selection of materials information in specialized libraries, given the relevance of the process in the training and development of collections in this context. Institutions that mediate information about the environment have recognized the social function as the theme is of global interest, something that broadens the interest to the digital collections and in network, with its characteristic reach. In this direction, the policy of developing collections of two specialized libraries on the theme was investigated: from Instituto de Meio Ambiente e de Recursos Hídricos do Distrito Federal – Brasília Ambiental (IBRAM) e do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis (IBAMA). The research objective, in general, it is to propose the consideration of alternatives authority criteria for the development of collections, among which the criteria of epistemic, scientific and cognitive authority, for the selection of information materials in specialized libraries and, in a specific way: a) identify and compare selection criteria for collection development policies relating to IBRAM and IBAMA specialized libraries; b) to relate the concepts of epistemic, cognitive and scientific authority with a view to verifying the feasibility of considering them within the scope of collection development when comparing them with the selection and authority criteria that make up the policies of the specialized libraries analyzed. The research is qualitative, bibliographic and documentary. Theoretical basis included the concepts of specialized library, thematic library policy of collection development, selection process of documents, selection criteria, authority criteria and specialized libraries with thematic in the environment, something relevant for the analysis of constituted corpora by official documentation - collection development policies - of the analyzed institutions. It is concluded that the selection criteria presented by the two policies are, to a large extent, convergent; the elements present in the authority criteria may be broader but well defined, not limited only to selection according to the reputation of the author or publisher. Complementarily, the criteria observed in the literature should consist of searching for elements that guarantee the authenticity, credibility, reliability, reliability and legitimacy of information.

**Keywords:** Selection criteria. Authority criteria. Collection of development policy. Specialized library. Environment.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

|  |    |
|--|----|
| Quadro 1 – Comparação de critérios de seleção entre o IBRAM e o IBAMA .....  | 62 |
| Quadro 2 - Tipos de autoridade .....   | 65 |
| Quadro 3 – Relação entre categorias de autoridade identificadas na literatura e no IBAMA e no IBRAM e a incidência das autoridades epistêmica, científica e cognitiva..... | 68 |

## ABREVIATURAS E SIGLAS

|       |  |
|-------|--|
| ABNT  | Associação Brasileira de Normas Técnicas   |
| ANA   | Agência Nacional de Águas  |
| CI    | Ciência da Informação  |
| CNIA  | Coordenação de Informação Ambiental  |
| COGIA | Coordenação de Gestão da Informação Ambiental  |
| DODF  | Diário Oficial do Distrito Federal   |
| DSI   | Disseminação Seletiva da Informação  |
| GEINF | Gerência de Informações Ambientais   |
| IBAMA | Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis                   |
| IBRAM | Instituto de Meio Ambiente e de Recursos Hídricos do Distrito Federal – Brasília Ambiental |
| IMTA  | Instituto Mexicano de Tecnologia del Agua  |
| MMA   | Ministério do Meio Ambiente  |
| NUATE | Núcleo de Acervo Técnico   |

## SUMÁRIO

|   |    |
|---|----|
| 1 INTRODUÇÃO.....   | 12 |
| 1.1 Contextualização.....   | 12 |
| 1.2 Justificativa .....   | 15 |
| 1.3 Objetivos da pesquisa .....   | 16 |
| 1.3.1 Objetivo geral .....  | 16 |
| 1.3.2 Objetivos Específicos .....   | 16 |
| 2 CONTEXTO DA PESQUISA.....   | 17 |
| 2.1 Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA)<br>.....                   | 17 |
| 2.1.2 Política de desenvolvimento de coleções do IBAMA .....  | 19 |
| 2.2 Instituto de Meio Ambiente e de Recursos Hídricos do Distrito Federal – Brasília<br>Ambiental (IBRAM) ..... | 21 |
| 2.2.1 Política de desenvolvimento de coleções do IBRAM .....  | 23 |
| 3 METODOLOGIA.....  | 25 |
| 3. 1 Conceituação .....   | 25 |
| 4 REVISÃO DE LITERATURA .....   | 28 |
| 4.1 Bibliotecas especializadas .....  | 28 |
| 4.1.1 Bibliotecas especializadas com a temática em meio ambiente.....   | 35 |
| 4.2 Política de Desenvolvimento de coleções de bibliotecas especializadas .....                                 | 37 |
| 4.3 Processo de seleção e seus critérios.....   | 47 |
| 4.3.1 Critérios de autoridade .....   | 54 |
| 5 APRESENTAÇÃO, ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS .....   | 61 |
| 5.1 Critérios de seleção e de autoridade .....  | 61 |
| 5.1.1 Critérios de seleção.....   | 61 |
| 5.1.2 Tipos de autoridade .....   | 64 |
| 5.1.2 Contribuições de tipos de autoridade.....   | 66 |
| 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....  | 72 |
| REFERÊNCIAS .....   | 75 |

# 1 INTRODUÇÃO

## 1.1 Contextualização

As bibliotecas possuem como função promover o acesso à informação, sendo assim elas organizam, descrevem, preservam e criam instrumentos que facilitem a localização e difusão da informação para os seus usuários; as bibliotecas utilizaram as evoluções ocorridas com o passar do tempo para o seu aperfeiçoamento. A biblioteca especializada possui como uma de suas principais características o seu acervo voltada para uma determinada área do conhecimento, ou seja, essa biblioteca possui as funções básicas apresentadas nas bibliotecas tradicionais, porém com a característica de ser temática em uma área do saber, o que muitas vezes restringe o seu acervo, público e material.

O desenvolvimento de coleções é um processo de planejamento e também de tomada de decisão é importante para todas as bibliotecas, no que se refere à formação de acervo, tendo em vista a importância de tal processo, tem-se a necessidade de se estabelecer um plano formal com uma série de diretrizes que devem ser seguidas pelo profissional a fim de garantir a continuidade e coerência das coleções; sendo assim essa política irá estabelecer uma série de critérios e diretrizes para a realização das etapas do desenvolvimento de coleções, sendo estas: o estudo de comunidade, seleção, aquisição, avaliação e desbaste.

O estudo de comunidade consiste na identificação das necessidades informacionais dos usuários para garantir que as coleções futuramente adquiridas realmente atendam ao seu público; a seleção é um processo de tomada de decisão título a título, onde será determinado quais obras poderão ser adquiridas pela biblioteca; já o processo de aquisição é a execução das decisões tomadas no processo de seleção, ou seja, é o procedimento destinado à obtenção dos documentos anteriormente selecionados.

O processo de avaliação consiste basicamente na avaliação das coleções, permite identificar títulos que segundo determinadas condições precisam ser transferidos para locais menos acessíveis, para armazenamento especial objetivando a preservação, reparos, restauração, conservação ou para desbaste; o processo de desbastamento é, portanto, uma atividade voltada para a atividade de extrair títulos ou partes da coleção para remanejamento ou para descarte.

Para a realização dessa pesquisa, a ênfase foi no processo de seleção, uma atividade que esta ligada às coleções; conforme observado, é um procedimento técnico necessário e que precede outros processos, dentre os quais, além dos sobreditos, os de tratamento e

organização da informação, este processo é uma função direta do desenvolvimento de coleções; é nele que irá ocorrer o processo de tomada de decisões.

Quando o processo de seleção é realizado de forma adequada acaba garantindo que a qualidade e o tamanho da coleção se mantenham em concordância com as necessidades informacionais dos usuários. Para garantir a qualidade na aquisição é necessário que sejam estabelecidos critérios para a seleção de materiais, tais critérios devem ser determinados na política de desenvolvimento de coleções, mais especificamente na política de seleção. Segue abaixo os critérios estabelecidos por Vergueiro (2010) no livro *Seleção de materiais de informação*:

- Autoridade;
- Precisão;
- Imparcialidade;
- Atualidade;
- Cobertura/Tratamento;
- Conveniência;
- Idioma;
- Relevância/Interesse;
- Estilo;
- Características Físicas;
- Aspectos especiais,
- Contribuição potencial e
- Custo.

Para o desenvolvimento desta pesquisa, a ênfase principal foi no critério de autoridade, estando esse relacionado a características dos conteúdos dos documentos, esses critérios existem para garantir a qualidade na aquisição de novos materiais, ou seja, são relevantes para nortear a escolha de um item sobre o outro. Sendo assim a determinação de critérios é importante para assegurar que o acervo seja o produto de um planejamento voltado para a criação de diretrizes.

O termo autoridade apresenta diversas definições, pois está presente em diversas áreas do conhecimento. O conceito básico para critério de autoridade no âmbito do desenvolvimento de coleções consiste na busca da qualidade do material a partir da

reputação autoral; porém a noção de autoridade coloca-se como objeto e reflexo de uma ação não se limitando apenas a este tipo (FIGUEIREDO; SALDANHA, 2016). Existem, dentre outras leituras, a autoridade científica, a cognitiva e a epistêmica. Parte-se do pressuposto de que estas são aplicáveis ou podem ser consideradas para a seleção de documentos.

Face ao exposto, tem-se que a problemática desta pesquisa é sintetizada na seguinte questão: **como elementos de autoridade epistêmica, científica e cognitiva podem ser considerados para o processo de desenvolvimento de coleções, particularmente, para o processo de seleção de materiais de informação?**

## 1.2 Justificativa

Efetuar a formação adequada de uma coleção em uma biblioteca é, de acordo com Mattos e Dias (2009), uma das tarefas mais importantes e significativas do trabalho do bibliotecário. Assim, para que a formação adequada do acervo seja realizada, é necessário que a coleção seja desenvolvida com base em um plano que irá garantir a continuidade e adequação na formação da coleção; o referido plano irá funcionar como uma diretriz para auxiliar o bibliotecário nas tomadas de decisões no que diz respeito ao desenvolvimento de coleções de suas bibliotecas.

Por mais que estabelecer diretrizes para o desenvolvimento de coleções seja uma questão de planejamento de acervo, infelizmente “[...] é raro encontrar alguma biblioteca que adote uma política formal e todos os seus recursos técnicos para garantir o desenvolvimento balanceado das coleções tendo em vista os objetivos institucionais e coletivos.” (WEITZEL, 2006, p. 7). Registrar de modo formal os critérios de uma política é fundamental para que a sua prática possa continuar por intermédio dos sucessores ao criador das diretrizes, deste modo formalizar uma política garante que os mesmos critérios para a formação de acervo será utilizado por todos os bibliotecários que esta instituição venha a ter, evitando assim que a coleção fique “[...] sujeita aos caprichos do acaso” (VERGUEIRO, 2010, p. 69).

Os critérios de seleção são fundamentais para garantir a qualidade na aquisição de novos materiais é um processo fundamental e indispensável para a formação de acervo; estes critérios compõem parte essencial da política de desenvolvimento de coleções. Nesta etapa do plano, Vergueiro (2010, p. 73) afirma que o bibliotecário deve definir todos os “[...] critérios cotidianamente utilizados para a seleção dos materiais” de forma detalhada. Desse modo, o estudo é realizado com a intenção de **contribuir para a formulação de critérios de autoridade em políticas de desenvolvimento de coleções de bibliotecas especializadas, partindo da utilização de conceitos relacionados a outros tipos de autoridade, mais especificamente, autoridade epistêmica, científica e cognitiva.**



### 1.3 Objetivos da pesquisa

#### 1.3.1 Objetivo geral

Propor a consideração de critérios de autoridade alternativos ao desenvolvimento de coleções, dentre os quais os critérios de autoridade epistêmica, científica e cognitiva, para a realização de seleção de materiais de informação em bibliotecas especializadas.

#### 1.3.2 Objetivos Específicos

- a) identificar e comparar os critérios de seleção relativos às políticas de desenvolvimento de coleções nas bibliotecas especializadas do IBRAM e do IBAMA;
- b) relacionar os conceitos de autoridade epistêmica, cognitiva e científica, com vistas a verificar a viabilidade de considerá-los no âmbito do desenvolvimento de coleções ao compará-los com os critérios de seleção e de autoridade que compõem as políticas das bibliotecas especializadas analisadas.

## 2 CONTEXTO DA PESQUISA

### 2.1 Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA)

Em 1989 foi criado o IBAMA como autarquia federal, vinculada ao Ministério do Meio Ambiente (MMA). Segundo Allegretti (2001), sua atuação é fundamental perante a legislação ambiental e a constituição federal, uma vez que esta instituição na verdade é um órgão público federal. Dentre as diversas áreas de atuação que os órgãos públicos ambientais podem abarcar, o IBAMA possui a missão de ajudar o MMA na formação, na coordenação e na execução da política nacional de meio ambiente, assim como, de acordo com Allegretti (2001), é responsável por fiscalizar, controlar, fomentar, preservar e conservar os recursos naturais.

Segundo o *Manual do setor de referência do CNIA* – que ainda esta em processo de atualização – a biblioteca foi criada com o objetivo de subsidiar as atividades do IBAMA, assim como de outras instituições que atuam no mesmo meio e a sociedade em geral (BRASIL, 2017?). Procura oferecer aos seus usuários “[...] ampla acessibilidade ao conhecimento gerado na área ambiental, tanto no meio físico como no meio digital.” (BRASIL, 2017?, p.3).

A biblioteca digital – de acordo com informações divulgadas no *Manual de procedimentos para a organização e processamento técnico do acervo do Centro Nacional de Informação Ambiental (CNIA)* de 2017 – foi criada com o objetivo de disseminar a informação a respeito da temática do “[...] meio ambiente, melhorar e facilitar as funções do IBAMA e sua interação com a sociedade, visando ao desenvolvimento de uma consciência socioambiental e à democratização do acesso ao acervo de obras do instituto” (BRASIL, 2017, p. 17). Desse modo, a Biblioteca Digital do IBAMA é uma “[...] ferramenta de apoio à pesquisa que torna mais ágil, eficaz e democrático o acesso às informações ambientais e auxilia o processo decisório do órgão.” (BRASIL, 2016).

Possui como objetivo democratizar o acesso do acervo disponibiliza textos integrais de “[...] legislações relativas ao meio ambiente, relatório de impacto ambiental, plano de manejo, artigos de revista, publicações e cartazes produzidos pelo Instituto, teses, dissertações e monografias de seus servidores” (DISTRITO FEDERAL, 2016). É importante ressaltar que todos os documentos como o *Manual de procedimentos para a organização e procedimentos técnicos do acervo do CNIA* e o *Manual do serviço de referência do CNIA* estão passando por

uma rigorosa análise e atualização, o antigo CNIA passou a ser COGIA, Coordenação de Gestão da Informação Ambiental (SOARES, 2017).

É informada a relação de serviços fornecidos pela biblioteca física do IBAMA, dentre eles possuem serviços específicos somente para os servidores e outros serviços para a comunidade em geral (BRASIL, 2017?), são eles:

a) Serviços prestados somente para os servidores:

- **Cadastro de usuários no sistema:** necessário para o usuário ter acesso a empréstimos e aos serviços de Disseminação Seletiva da Informação (DSI).
- **Empréstimo de material bibliográfico:** realizado aos usuários cadastrados na biblioteca.
- **Disseminação seletiva da informação:** esse serviço consiste em um tipo de alerta, que avisa ao usuário quando um determinado material informacional a respeito de sua área de interesse é incluído no acervo da biblioteca.
- **Atestado de nada consta:** é exigido quando é aberto o processo de solicitação de aposentadoria ou exoneração; consiste em um documento que irá atestar a falta de pendências no cadastro do usuário.

b) Serviços prestados para a comunidade em geral/outras bibliotecas e servidores:

- **Pesquisa bibliográfica:** pesquisa realizada na base de dados da biblioteca sobre um assunto específico pode ser realizada pelo próprio usuário com auxílio de um atendente ou mediante solicitação, pelo funcionário da biblioteca.
- **Doação de material bibliográfico:** os pedidos de doação são encaminhados para o setor de intercambio que irá avaliar os materiais, o setor de referência apenas encaminha os pedidos.
- **Distribuição das publicações editadas no IBAMA para instituições cadastradas:** algumas publicações editadas pelo IBAMA são distribuídas gratuitamente para instituições já cadastradas, o atendimento as solicitações vão depender da quantidade de obras disponíveis em estoque.
- **Consulta a internet e uso da sala de leitura.**
- **Empréstimo entre bibliotecas – Cadastro de bibliotecas externas:** quaisquer bibliotecas de instituições públicas ou privadas podem realizar o cadastro, assim que

cadastrada a instituição passará a ter acesso a empréstimos de materiais bibliográficos pertencentes ao acervo do IBAMA.

- **Venda de publicações:** as publicações editadas pelo IBAMA podem ser adquiridas na biblioteca.
- **Elaboração de estatística de atendimento:** o setor de referencia irá elaborar as seguintes estatísticas de atendimento, referentes ao ano corrente e de acordo com cada mês: e-mails atendidos durante o ano; livros vendidos; uso da sala de leitura; usuários atendidos pessoalmente e o tipo de solicitação feita e a estatística referente aos usuários atendidos por telefone e o tipo de solicitação realizada.

A biblioteca digital do IBAMA consiste em uma das áreas de atuação do CNIA – atual COGIA –, a fim de possibilitar uma maior cobertura a respeito da informação ambiental disponível, assim como maior acesso e agilidade na disseminação da informação ambiental para a sociedade e os usuários da biblioteca (BRASIL, 2017).

#### 2.1.2 Política de desenvolvimento de coleções do IBAMA

A biblioteca do IBAMA é um centro especializado em informações sobre meio ambiente. Com efeito, a composição, a organização e a disponibilização do acervo requer uma série de normas e rotinas que facilitem o desenvolvimento das diversas atividades que devem ser realizadas, de modo que atenda as necessidades de seus usuários com a precisão e a relevância necessárias (BRASIL, 2017). As diretrizes para a formação do acervo da biblioteca do IBAMA estão estabelecidas no *Manual de procedimentos para organização e processamento técnico do acervo do Centro Nacional de Informação Ambiental do IBAMA (CNIA)* (BRASIL, 2017).

Esse manual apresenta diretrizes para o processo de “[...] seleção, aquisição, registro, classificação, catalogação, indexação, catalogação de etiquetas, alimentação das bases de dados e demais serviços de preparação de materiais bibliográficos” (BRASIL, 2016, p. 13). O foco desta pesquisa é o critério de autoridade adotado pela instituição. Para tanto, será realizada uma análise nos critérios de seleção estabelecidos pela biblioteca; a incorporação de obras no acervo obedece aos seguintes critérios de seleção:

- Adequação às linhas de atuação do IBAMA;

- Adequação do material aos objetivos do Instituto;
- Autoridade do autor e/ou do editor;
- Atualidade;
- Qualidade técnica;
- Qualidade (excesso/escassez) de material sobre o assunto na coleção;
- Cobertura temática;
- Custo justificado;
- Idioma,
- Conveniência do formato e compatibilização com os equipamentos da biblioteca.

Dentre esses critérios estão divididos os critérios gerais para a seleção qualitativa e quantitativa, sendo eles a seleção diante do:

- Assunto;
- Relevância;
- Autoridade do autor e/ ou do editor;
- Idioma;
- Originalidade;
- Censura;
- Formato;
- Preço;
- Publicações do IBAMA: Livros, periódicos, fitas de vídeo, áudio, CD – ROM, DVD e outros suportes;
- Fôlder/ folheto/cartilha, com informações técnico-científicas ou sobre produtos,
- Publicações de outras instituições.

O critério de autoridade descrito na política trata-se de um dos critérios gerais para a seleção qualitativa e é definido como a forma de seleção de acordo com a autoridade do autor e/ou do editor. Consiste em “[...] publicações, de qualquer natureza, editadas pelo IBAMA e órgãos extintos (Sudhevea, Sudepe, IBDF e Sema) são, obrigatoriamente, incorporadas ao acervo, exceto as publicações no formato de versão preliminar.” (BRASIL, 2017, p. 34).

## 2.2 Instituto de Meio Ambiente e de Recursos Hídricos do Distrito Federal – Brasília Ambiental (IBRAM)

Segundo o site oficial do Instituto de Meio Ambiente e de Recursos Hídricos do Distrito Federal – Brasília Ambiental (DISTRITO FEDERAL, 2013?), essa instituição foi criada em 28 de maio de 2007 por meio da Lei nº 3.984 para ser o órgão executor de políticas públicas ambientais e de recursos hídricos no Distrito Federal. Possui “[...] autonomia administrativa, financeira e patrimonial podendo, dessa forma, celebrar contratos, acordos e convênios com instituições públicas e privadas, nacionais e internacionais, e cooperativas” (DISTRITO FEDERAL, 2013?). Sua missão é executar e fazer executar as políticas de meio ambiente e de recursos hídricos do Distrito Federal, assim como objetiva controlar e fiscalizar o manejo desses recursos a fim de possibilitar o “[...] desenvolvimento sustentável do Distrito Federal de forma a garantir à população os benefícios alcançados pelo crescimento econômico, sem colocar em risco a qualidade de vida dos moradores da região” (DISTRITO FEDERAL, 2013?).

A biblioteca do IBRAM foi inaugurada em junho de 2007 e é denominada institucionalmente como Núcleo de Acervo Técnico (NUATE). Ela foi proposta a partir da [...] necessidade de sistematização das informações bibliográficas na área de meio ambiente e recursos hídricos no âmbito do Distrito Federal (DF), bem como do conhecimento desenvolvido por parte de seus servidores e colaboradores diversos. Seu acervo é composto de livros, folhetos, cartilhas, cartazes, estudos ambientais, relatórios técnicos, material gráfico e audiovisual, dentre outros (DISTRITO FEDERAL, 2013).

A biblioteca é subordinada à Gerência de Informações Ambientais (GEINF), tendo visão de futuro “[...] tornar-se referência em informações ambientais e, para isso, vem desenvolvendo projetos, atividades e serviços” (DISTRITO FEDERAL, 2013). A seguir estão relacionados os produtos e serviços fornecidos pela biblioteca aos usuários, de acordo com o *Manual de procedimentos* do IBRAM de 2016:

- **Biblioteca Digital do IBRAM – BDI:** o NUATE tem se empenhado para automatizar a maioria dos produtos e serviços da Biblioteca, aumentando a eficiência e a eficácia no atendimento aos usuários, assim como na condução de atividades administrativas, com vistas à “[...] disponibilizar de forma ágil o acesso, presencial ou remoto, à informação ambiental do DF. Nesse sentido, a Biblioteca disponibiliza seu catálogo online, além de conteúdo digital completo.” (DISTRITO FEDERAL, 2016).

- **Aquisição Planificada e Centralizada:** todas as solicitações de aquisição de material bibliográfico devem ser encaminhadas à biblioteca, a fim de padronizar e centralizar os processos, evitando compras desnecessárias e/ou duplicadas quando várias áreas solicitando o mesmo item.
- **Normatização de publicações:** a biblioteca desenvolve um trabalho de normalização das publicações elaboradas e/ou editadas pelo instituto, de acordo com as normas de documentação e informação da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), antes da sua disponibilização.
- **Normas Técnicas da ABNT:** tendo em vista a importância do uso da ABNT pelo corpo técnico e administrativo do IBRAM na execução das atividades, assim como na elaboração de seus produtos e prestação de seus diversos serviços, o NUATE disponibiliza o acesso à base de dados ABNT Coleção.
- **Empréstimo via malote:** com intuito de expandir o acesso aos acervos bibliográficos do NUATE, a Biblioteca do IBRAM disponibiliza o serviço de empréstimo via malote aos colaboradores deste Instituto.
- **Espaço de Reuniões:** ambiente voltado para reuniões e eventos culturais e educacionais. Possui 50 lugares. O uso depende de autorização da chefia do NUATE e disponibilidade de agenda.
- **Legis Ambiental DF:** consiste na pesquisa, organização e disponibilização da legislação ambiental publicada no Diário Oficial do Distrito Federal (DODF).
- **Sala de Estudo em Grupo:** a biblioteca disponibiliza uma área para a realização de reuniões técnicas e cursos de capacitação, tanto para as diversas unidades do IBRAM quanto para outras instituições. O uso das salas é feito por ordem de chegada, diariamente.
- **Empréstimo:** empréstimo de obras disponível aos servidores, estagiários e bibliotecas cooperantes, desde que devidamente cadastrados.
- **Consulta:** consulta realizada por meio do catálogo online, onde o usuário pode consultar os itens do acervo, assim como visualizar parte do acervo em formato digital; essa consulta e o acesso ao espaço de leitura do NUATE também é permitido ao público em geral.<sup>1</sup>

---

<sup>1</sup> A biblioteca digital do Instituto de Meio Ambiente e de Recursos Hídricos do Distrito Federal na verdade é um dos serviços oferecido pelo NUATE, ou seja, consiste em um serviço fornecido pela biblioteca física aos seus usuários.

### 2.2.1 Política de desenvolvimento de coleções do IBRAM

A política de desenvolvimento de coleções do IBRAM é denominada *Política de Acervamento*. Ela visa apresentar as diretrizes básicas a respeito do acervo e possui a finalidade de servir de instrumento para o planejamento, assim como ser guia das ações para a tomada de decisões na “[...] alocação e aplicação dos recursos orçamentários, para manutenção e atualização dos acervos da biblioteca, vislumbrada pelas possibilidades tecnológicas de armazenamento, disponibilidade documental e da acessibilidade” (DISTRITO FEDERAL, 2016, p. 5); a cobertura temática para a formação do acervo desta biblioteca esta voltada para a área de meio ambiente.

Essa política de formação de acervos estabelece uma série de diretrizes para auxiliar os bibliotecários na “[...] tomada de decisão em relação ao processo de seleção e aquisição do material que deve ser incorporado ao acervo, bem como a sua manutenção, atualização e descarte” (DISTRITO FEDERAL, 2016, p. 6). A seguir estão presentes os critérios de seleção estabelecidos na política para a seleção de obras:

- Assunto;
- Relevância;
- Idioma;
- Originalidade;
- Formato;
- Periódicos;
- Folhas;
- Suporte;
- Disponibilidade;
- Citação;
- Uso,
- Estado físico.

Como apresentado anteriormente nos critérios de seleção desta política, observa-se que não foi estabelecido um critério de autoridade. Porém, ao entrar em contato com a instituição, foi informado, de acordo com Barquette (2017), que eles não realizam este processo, pois o acervo do “[...] NUATE é majoritariamente composto por obras técnicas, produzidas ou entregues ao Instituto, além das publicações institucionais. Apenas uma



pequena parte do acervo (o Acervo Geral) é composto por obras comerciais” (BARQUETTE, 2017). Foi informado no mesmo e-mail que as obras foram doadas ao órgão, e o fato de esse critério não ter sido descrito na política se deve a não utilização do mesmo por parte da instituição.

### 3 METODOLOGIA

#### 3.1 Conceituação

Entende-se que o termo “trabalho científico” é referente à pesquisa cujos resultados venham a apresentar novas conquistas para uma das diversas áreas do saber (RAMPAZZO, 2005, p. 49); é uma forma de pensar para se chegar à natureza de um determinado problema, seja para explicá-lo ou estudá-lo, mediante a realização de pesquisa científica (KAHLMAYER-MERTENS et al., 2007). Dentre os vários tipos de pesquisa existente, as que serão utilizadas neste trabalho são de natureza qualitativa, bibliográfica e documental.

O estudo qualitativo busca uma “[...] compreensão particular daquilo que estuda: o foco da sua atenção é centralizado no específico” (RAMPAZZO, 2005, p. 58); não busca enumerar ou medir eventos e, normalmente, não emprega instrumentos estatísticos para análise de determinados dados (NEVES, 1996).

Para Zanella (2009, p. 75), a pesquisa qualitativa “[...] se fundamenta principalmente em análises qualitativas, caracterizando-se, em princípio, pela não-utilização de instrumental estatístico na análise dos dados.” Segundo Queiroz (2006, p.90), a base do “[...] paradigma qualitativo está na ‘interpretação’ de uma dada realidade sociocultural, e não especificamente na ‘quantificação’ dessa realidade”, reforçando assim que um estudo qualitativo não está voltado para a quantificação de dados; segundo Günther (2006, p. 202) a pesquisa qualitativa é “uma ciência baseada em textos.”

Para Zanella (2009), na pesquisa qualitativa o pesquisador é fundamental no processo de coleta e análise dos dados, já que ele não pode ser substituído por nenhuma outra pessoa ou técnica; é o pesquisador que será responsável por observar, selecionar, interpretar e registrar as informações finais referentes à análise; Günther (2006) afirma que na pesquisa qualitativa há aceitação explícita da influência de crenças e valores sobre a teoria, sobre a escolha de tópicos de pesquisa, sobre o método e sobre a interpretação de resultados.

A pesquisa bibliográfica “[...] procura explicar um problema a partir de referenciais teóricos publicados” (RAMPAZZO, 2005, p. 53), ou seja, informações contidas em livros, revistas e etc. Para Zanella (2009, p. 83), este tipo de pesquisa se “[...] restringe ao campo de atuação no levantamento e na discussão da produção bibliográfica existente sobre o tema”; Kahlmeyer-Mertens (et al., 2007) esclarecer que esta pesquisa possui o objetivo de “[...] trazer

veracidade aos fatos elencados no trabalho”, é sistematizado e desenvolvido de acordo com materiais já publicados.

Desse modo, a pesquisa bibliográfica, como o próprio nome diz, “[...] se fundamenta a partir do conhecimento disponível em fontes bibliográficas, principalmente livros e artigos científicos” (ZANELLA, 2009, p. 82); pode ser realizada independentemente, ou como parte de outros tipos de pesquisa (RAMPAZZO, 2005), sendo assim, neste trabalho, é apresentado como forma complementar a pesquisa documental.

Silva (et al., 2009) afirma que o método de pesquisa documental é aquele que busca realizar análise dos inúmeros tipos de documentos. Esse método visa a “[...] procura dos documentos de fonte primária” (RAMPAZZO, 2005, p. 51), ou seja, informação extraída prioritariamente de sua fonte original. A pesquisa documental se utiliza de fontes documentais (ZANELLA, 2009); as fontes mais comumente usadas, segundo Moreira (2010), são os acervos impressos podendo ser documentos oficiais, técnicos e pessoais (arquivos particulares que reúnem documentos originais).

Martins (2004, p. 292) salienta que a “[...] variedade de material obtido qualitativamente exige do pesquisador uma capacidade integrativa e analítica que, por sua vez, depende do desenvolvimento de uma capacidade criadora e intuitiva.” Segundo Silva (et. al., 2009), a pesquisa documental, enquanto método de investigação, pode ser utilizada tanto nas abordagens de natureza positivista como também naquelas de caráter compreensivo, com enfoque mais crítico. Os autores acrescentam:

Essa característica toma corpo de acordo com o referencial teórico que nutre o pensamento do pesquisador, não só os documentos escolhidos, mas a análise deles deve responder às questões da pesquisa, exigindo do pesquisador uma capacidade reflexiva e criativa não só na forma como compreende o problema, mas nas relações que consegue estabelecer entre este e seu contexto, no modo como elabora suas conclusões e como as comunica. (SILVA et. al., 2009, p. 4556).

A pesquisa documental pode usar “[...] a técnica de análise de conteúdo, considerada capaz de prover o investigador com informações relevantes, fidedignas e válidas” (GODOY, 1995, p. 67); segundo Zanella (2009, p. 128) trata-se comumente da análise de “[...] textos escritos ou de qualquer comunicação (oral, visual, gestual) reduzida a um texto ou documento.” De acordo com Kahlmeyer-Mertens (et al., 2007), a pesquisa documental trata da análise de documentos existentes e que apresentem contribuição na composição da investigação. Nesse caso, trata-se da análise dos critérios de autoridade pertencentes às

políticas de desenvolvimento de coleções do IBRAM e do IBAMA, ambos documentos oficiais, originais, ou seja, fontes primárias.

A análise documental, para Moreira (2010, p. 276), tem seu processo com base em “[...] semelhanças e diferenças”, portanto a utilização desta análise irá possibilitar a identificação dos critérios de autoridade durante o levantamento teórico que podem ser divergentes, convergentes e/ou complementares, aos expressos nas políticas analisadas, de modo que possibilita também a contribuição de tais informações teóricas com o processo de seleção realizado no IBRAM, no IBAMA e em instituições congêneres.

A análise documental, de acordo com Moreira (2010, p. 272), é muitas vezes qualitativa, onde se “[...] verifica o teor, o conteúdo do material selecionado para análise”, algo que converge com a perspectiva de Godoy (1995, p. 67), que compreende que a análise de documentos “[...] constitui-se numa valiosa técnica de abordagem de dados qualitativos.” Na escolha deste tipo de análise é preciso que o pesquisador possua informação suficiente para realizar a análise pretendida (MOREIRA, 2010, p. 274).

Com a utilização destas abordagens de pesquisa, a presente pesquisa consiste em realizar um estudo qualitativo, bibliográfico e documental, que compare, mediante análise documental, os critérios de seleção, mais especificamente, o critério de autoridade, das políticas de desenvolvimento de coleções do IBRAM e do IBAMA, de modo a apresentar outros conceitos de autoridade, dentre os quais, o conceito de autoridade epistêmica, objetivando contribuir para a delimitação de critérios de autoridade para a seleção de materiais em bibliotecas especializadas, seja para as instituições estudadas ou para aquelas com abordagens e/ou interesses congêneres.

## 4 REVISÃO DE LITERATURA

### 4.1 Bibliotecas especializadas

Para Sayão (2009), as bibliotecas tradicionais possuem como princípio fundamental a responsabilidade no gerenciamento da informação. Nesse tipo de biblioteca, tal produto encontra-se incluso em um acervo de materiais impressos, ou não-impressos (filmes cinematográficos, fotografias, discos e etc.) que são organizados e mantidos para a leitura, visualização, estudo e consulta (LEMOS, 2005). Segundo Ohira e Prado (2002), as bibliotecas tradicionais possuem o espaço físico bem delimitado, já para Milanesi (1983, p. 99), atuam como “[...] uma pausa, um espaço que se abre para o conflito e a reflexão.”

As bibliotecas tradicionais possuem como parte de sua missão “[...] organizar coleções impressas” (SAYÃO, 2009, p.13) de modo a possibilitar o acesso aos usuários; de acordo com Ohira e Prado (2002), o acervo é composto por registros de informação em papel; os modelos de bibliotecas tradicionais possuem um acervo mais diversificado em termos de áreas de conhecimento, possibilitando que o usuário obtenha acesso a diversos temas em uma só biblioteca (VOLPATO, 1999).

Essa biblioteca é caracterizada pelo fato de possuir coleções de livros que estão disponíveis de forma impressa, organizados de uma forma sistemática e de modo a ser útil para o leitor, possibilitando a realização de pesquisas e diversas atividades (BILAWAR, 2013); são consideradas “bibliotecas gerais” por causa da diversidade de assuntos que possuem em seu acervo (LITTON, 1974), assim como, segundo Vergueiro (1993), pela variação das necessidades informacionais dos usuários que mudam constantemente. As bibliotecas tradicionais são, portanto, compostas por um acervo impresso e localizadas em um espaço físico delimitado (BERTAGNOLLI et al., 2007).

A finalidade da biblioteca, para Lemos (2005, p. 102), é basicamente “[...] promover a efetiva utilização de seus materiais e não ser um mero local de custódia”; complementarmente, Oliveira (2005) afirma que sua principal finalidade é dar acesso à coleção de documentos, ou seja, ela existe para tornar possível o uso de suas coleções, por parte de um determinado público; Rodrigues (1995) informa que tradicionalmente a função da biblioteca é fazer o papel do intermediário entre a informação e o usuário. De acordo com McGarry (1999), a essência fundamental das bibliotecas está em sua coleção de materiais organizados para o uso.

As bibliotecas tradicionais são instituições sociais, com a finalidade básica de adquirir, tratar, armazenar, disseminar e disponibilizar documentos (ALVARENGA, 2009); Cunha e Cavalcanti (2008, p. 48) definem biblioteca como a “[...] coleção de material impresso ou manuscrito, ordenado e organizado com o propósito de estudo e pesquisa ou de leitura geral ou ambos.” Segundo Cunha (2001), as bibliotecas são tradicionalmente responsáveis pela aquisição, armazenamento, preservação e disseminação da informação.

Para Santos e Assunção (2012), as bibliotecas tradicionais possuem o acervo composto principalmente por documentos em papel, ou seja, de forma “escrita”, informação também compartilhada por Milanesi (1983, p. 99) e Cunha (2008, p. 4). Independentemente do suporte onde a informação esta armazenada, o princípio se mantém o mesmo, ou seja, seu papel consiste em “[...] organizar, processar e disseminar as informações, objetivando sua difusão e criando meios para a proliferação do saber para futuras gerações” (MIRANDA, 2007, p. 89).

Ao decorrer de sua história, as bibliotecas “[...] sobreviveram como instituição, adaptando-se às mudanças políticas, sociais e tecnológicas” evidenciando a sua importância na sociedade, assim como a efetividade do desempenho de sua função (LEMOS, 2005, p. 101); como consequências, os serviços tradicionais das bibliotecas começaram a sofrer grandes mudanças e, em resposta, estão sendo introduzidos novos serviços para atender as necessidades dos mais diversos tipos de usuários da instituição (GARCEZ; RADOS, 2002).

O volume de informações que pode ser transmitido é ilimitado; a sociedade passou a progredir quando informações de vários tipos começaram a ser registradas de formas permanentes (FOSKETT, 1973); a biblioteca é o “[...] fruto das necessidades sentidas pela civilização moderna, forma a parte integral da estrutura social” (BUTLER, 1971, p. 13, tradução nossa); seus acervos são formados de acordo com as necessidades reais e efetivas de seus usuários, deste modo, conforme as necessidades dos usuários sofrem mudanças, os serviços da biblioteca também se modificam ao seu favor, pois é importante que o usuário possua ao seu dispor serviços organizados, modernos e eficientes (LEMOS, 2005).

Para a formação do conceito de biblioteca especializada com uma determinada temática deve-se considerar o conceito de “temática”. No dicionário de língua portuguesa *Larousse*, encontra-se a seguinte definição de “temática”: “[...] conjunto de temas que constitui o material base para a construção de uma obra” (CARVALHO, 2009, p.793). Esta palavra é uma variação do termo “tema” que é definido por Cunha e Cavalcanti (2008) como uma determinada área de interesse selecionado e agrupado em um determinado local.

As bibliotecas especializadas atuam como um centro de referência temático, com um acervo especializado em uma área da ciência ou da cultura (ARAÚJO, 2013); segundo

Meirelles, Oddone e Mello (2005), esse acervo reflete as peculiaridades dos recursos informacionais da biblioteca e recebe o nome de “coleção especializada”; Iahn, Bentes e Costa (2009, p. 2) afirmam que “[...] as bibliotecas mudam de natureza e de função ao se confrontarem com a necessidade de cumprir suas missões sociais e culturais”, sendo assim as bibliotecas especializadas surgem devido à evolução das necessidades informacionais dos usuários e possuem o objetivo de sanar as suas necessidades.

O termo “acervo especializado” é comumente utilizado para a definição de biblioteca especializada, uma vez que essa possui como característica o acervo seletivo e atual (VOLPATO, 1999), trata-se, portanto, de uma biblioteca com o acervo voltado para a literatura a respeito de um determinado campo ou assunto (LITTON, 1974); informação reforçada por Bilawar (2013, p. 135, tradução nossa), quando afirma que “[...] uma biblioteca especializada é quase que exclusivamente dedicado à literatura de um determinado assunto ou grupo de disciplinas”; tais conceitos direcionam ao fato de que é importante que essas bibliotecas estejam equipadas para atender as demandas dos usuários em um nível de exigência especializado, uma vez que seus conteúdos são exaustivos em uma determinada área do saber (VOLPATO, 1999).

Assim como a biblioteca temática que, segundo Araújo (2013), disponibiliza para o usuário um acervo específico sobre um determinado tema, a biblioteca especializada disponibiliza o acesso a “[...] categorias de fontes, extremamente completas e exaustivas sobre uma determinada área do saber” (LITTON, 1974, p. 22 - 23, tradução nossa), de acordo com Wright (1946) estas bibliotecas são muito especializadas nos assuntos que tratam; possuem seus objetivos muito bem definidos de forma a garantir que o seu acervo realmente seja especializado e desenvolvido de acordo com as necessidades da instituição e do usuário (VERGUEIRO, 1993); de forma muito similar, Mello e Campos (2007?) estabelecem que a biblioteca temática visa oferecer aos usuários um acervo específico em conformidade com um determinado tema.

As bibliotecas especializadas são formadas por coleções compostas por informações detalhadas sobre uma determinada questão (LITTON, 1974); de modo a complementar este pensamento, entende-se, de acordo com Fonseca (2007), que esse tipo de biblioteca possui a característica de conter uma coleção especializada, mas também pode ser definida de acordo com a tipologia de seus usuários. Além disso, considera os objetivos da organização a qual ela pertence, sendo que neste caso os objetivos da organização serão usados pela biblioteca como forma de nortear suas atividades (FIUEIREDO, 1979); complementarmente, Miranda (2007, p. 88) esclarece que essas bibliotecas são constituídas por um “[...] acervo que visa suprir as

necessidades da organização à qual se encontram inseridas, apesar de incluir sempre um certo número de obras sobre áreas afins ou relacionadas.”

Wright (1946, p.2, tradução nossa) afirma que as bibliotecas especializadas devem ser “[...] muito mais do que uma imponente coleção de volumes; deve ter vida e vitalidade”, possibilitando assim, que as informações requisitadas pelos usuários sejam recuperadas sempre de forma oportuna, precisa e específica (LITTON, 1974). Miranda (2007, p. 88) informa que o objetivo dessas bibliotecas é “[...] facilitar o processo de recuperação de informações específicas, buscando dessa maneira, encontrar todos os caminhos de direção da informação.”

Visto que uma biblioteca temática possui como característica um acervo especializado em um determinado tema, entende-se que a definição de biblioteca especializada se assemelha com este conceito, uma vez que as duas fornecem, ao usuário uma coleção especializada em uma determinada área do conhecimento (FONSECA, 2007); segundo Lemos (2005, p.110), as bibliotecas especializadas são as que “[...] devido a peculiaridades de sua clientela ou dos materiais com que lidam, ocupam categorias que as diferenciam das demais.” Portanto, as bibliotecas especializadas “[...] selecionam materiais em áreas temáticas para fins específicos de pesquisa, e muitas vezes, o patrono é o seletor primário” (EVANS, 1979, p. 26).

Gregory (2011) esclarece que as bibliotecas especializadas existem para atender às necessidades de uma determinada organização ou disciplina; de acordo com Miranda (2007, p. 87), as bibliotecas especializadas devem atender às “[...] necessidades de informação das organizações ou empresas às quais se encontram subordinadas” e como consequência aos usuários desta determinada organização; sua existência depende, portanto, da sua capacidade de divulgar suas coleções e serviços, pois quando fazem parte das organizações precisam ser capazes de mostrar um retorno positivo sobre o investimento realizado por essa determinada empresa (GREGORY, 2011).

Segundo Miranda (2007, p. 88), esta biblioteca objetiva apresentar informações especializadas aos seus usuários, geralmente “[...] funcionários, pesquisadores, técnicos, cientistas etc”, instituindo, portanto uma clientela especializada e limitada. Para Wright (1946) qualquer biblioteca dedicada a um campo limitado da informação pode ser considerada biblioteca especializada, porém o que o autor não apresenta é que a biblioteca especializada possui uma série de características que não cabem na função das demais bibliotecas, incluindo a temática. Tais características estão apresentadas logo abaixo:

- 1º Característica: localização



As bibliotecas especializadas, segundo Lemos (2005, p. 109), “[...] são as que se acham vinculadas a instituições, públicas e privadas”; estas organizações possuem metas específicas e isso reflete em suas respectivas bibliotecas, ou seja, as bibliotecas se identificam com a entidade que as hospedam e recebem muita influência desses locais, exemplos: bibliotecas de museus, de bancos, de hospitais, etc. (LITTON, 1974); estas bibliotecas, para Silva (1970), estão localizadas nas indústrias, bancos e organizações científicas que venham a lidar com campos variados nos quais as bibliotecas poderão focar, como, por exemplo, a área de finanças, produção industrial, etc; de acordo com Vergueiro (1993), estas bibliotecas existem para atender as necessidades das organizações a quem estão subordinadas.

O termo biblioteca especializada de acordo com Wright (1946, p.1, tradução nossa) se refere às bibliotecas das “[...] sociedades eruditas e das instituições profissionais, as bibliotecas das artes, do comércio, do direito e da pura ciência aplicada.” De acordo com Gregory (2011), as bibliotecas especializadas quando pertencentes a uma organização, devem também respeitar sua cultura, demonstrar os valores e objetivos dessa determinada organização.

- 2º Característica: limitação de assunto

Uma biblioteca especializada é “[...] quase exclusivamente dedicada à literatura de um determinado assunto ou grupo de disciplinas” (BILAWAR, 2013, p. 135); algumas bibliotecas são especializadas de acordo com Litton (1974) em decorrência de sua matéria de foco, como por exemplo: publicidade, assuntos indígenas, produtos farmacêuticos, entre outros; para Wright (1946, p. 5, tradução nossa) a literatura conservada em uma biblioteca especializada “[...] consistirá principalmente no que é necessário para cobrir assuntos específicos tão exaustivamente quanto possível.”

Segundo Silva (1970), uma biblioteca não é considerada especializada apenas por fazer parte de uma organização; ela é especializada, pois as informações que ela contém tratam sobre um determinado tema; em outras palavras, estas bibliotecas “[...] se restringem a um só assunto ou matéria bem definida, o que talvez seja mais comum, concentram sua atenção em um grupo de tema que se relacionam intimamente entre si” (LITTON, 1974, p.16-17, tradução nossa).

- 3º Característica: tipo de material

Para Silva (1970), a biblioteca especializada também pode se referir a coleções de um determinado tipo de material, por exemplo: bibliotecas de mapas, onde o tipo de coleção predominante são mapas; segundo Wright (1946), uma biblioteca especializada tem de lidar com as classes de material pertencentes ao seu acervo; informação também compartilhada por Litton (1979) quando afirma que algumas bibliotecas se identificam como especializadas pela forma especial dos materiais que contém; Bilawar (2013, p.135, tradução nossa) afirma mais recentemente que as bibliotecas especializadas incluem também “[...] coleções de uma forma particular de material.” De acordo com Lemos (2005, p.115), as bibliotecas especializadas devem adquirir “[...] materiais sobre assuntos de maior relevância para a sua clientela.”

- 4º Característica: tipo de usuário

As bibliotecas especializadas existem, segundo Bilawar (2013, p. 134, tradução nossa), para atender as necessidades de um “[...] grupo de clientela especial, por exemplo: o Cientista, o Tecnólogo, o Planejador etc.”; de acordo com Litton (1974), está voltada para um determinado tipo de usuário, uma “clientela especializada”, como, por exemplo, médicos, psicólogos, advogados; Lemos (2005, p.110) afirma que estas bibliotecas podem estar abertas ao “[...] público externo, mas apenas para consulta no recinto. Constituem, quando abertas à usuários externos, uma excelente opção para realização de pesquisas bibliográficas especializadas.”

Evans (1979, p. 25, tradução nossa) esclarece que os “[...] interesses dos clientes podem ser e, muitas vezes, são semelhantes, mas mesmo dentro de uma equipe de pesquisadores que exploram um único problema, as necessidades individuais variam.” Deste modo, uma vez que a natureza da biblioteca especializada esta relacionada com a existência de uma determinada organização, compreende-se que essa biblioteca irá servir a um seletivo grupo de usuários associados à organização da qual a biblioteca faz parte (SILVA, 1970); segundo Lemos (2005, p. 109), estas bibliotecas “[...] se destinam prioritariamente ao atendimento de uma clientela formada por especialistas.”

- 5º Característica: tamanho

Para Litton (1974), a maior arte das bibliotecas funciona com um numero reduzido de funcionários e geralmente ocupam espaços pequenos, com uma coleção reduzida, mesmo as

que pertencem a uma determinada empresa; de acordo com Lemos (2005, p. 109), estas bibliotecas “[...] podem ser formadas de grandes acervos, como é o caso da Biblioteca Central do Instituto Oswaldo Cruz, no Rio de Janeiro, até coleções de pequeno porte e superespecializadas.”

- 6º Característica: função

Segundo Litton (1974), o objetivo dessa biblioteca é fornecer informação com fins imediatos e utilitários, pois uma vez que a biblioteca é especializada os seus usuários irão requerer informações extremamente específicas. Lemos (2005, p.110) afirma que as bibliotecas especializadas “[...] costumam ser de boa qualidade, com serviço eficiente e bom atendimento.”

Para Lemos (2005, p. 109), esta biblioteca é dedicada “[...] integralmente à pesquisa ou à prestação de serviços, embora possam também desenvolver atividades docentes”; de acordo com Silva (1970), estas bibliotecas devem recuperar arquivos e fornecer informações especializadas com o mínimo de atraso possível para o usuário que requisitou a informação; Lemos (2005, p.110) afirma que uma das vantagens de se realizar pesquisa nesse tipo de biblioteca é que “[...] seus bibliotecários são profissionais que detêm bom conhecimento da terminologia e das questões da área de assunto abrangida pela biblioteca, o que assegura uma melhor qualidade no atendimento.”

De acordo com a análise das caracterizações listadas anteriormente e apontadas por Litton em sua obra *La biblioteca especializada* de 1974, compreende-se que a biblioteca temática possui como característica a função de oferecer aos usuários um acervo específico, ou seja, com o foco voltado para um determinado tema (MELLO; CAMPOS, 2007?), aspecto também ressaltado por Araújo (2013). Já a biblioteca especializada possui uma série de outras características não pertencentes à biblioteca temática, que podem ser usadas em conjunto ou independentemente, mas que de qualquer forma irá caracterizá-la.

Conclui-se, portanto, que toda biblioteca especializada é temática, porém nem toda biblioteca temática é especializada; é importante ressaltar que a função básica destas bibliotecas continua sendo “[...] selecionar, avaliar, organizar e disseminar informações em campos especializados de conhecimento, logo que ele está disponível em forma escrita” (SILVA, 1970, p. 8, tradução nossa), assim, de acordo com Prado (2003), toda biblioteca deve promover o uso de seu acervo. Isso independe do tipo de biblioteca; é um objetivo a ser alcançado por todas.

#### 4.1.1 Bibliotecas especializadas com a temática em meio ambiente

O dicionário de língua portuguesa *Larousse* traz a seguinte definição de “meio ambiente”: “[...] conjunto de fatores exteriores que agem de forma permanente sobre os seres vivos, aos quais os organismos devem se adaptar e com os quais têm de interagir para sobreviver” (CARVALHO, 2009, p. 534); exemplificando, Silva (2005, p. 57) afirma que fazem parte do meio ambiente as “[...] florestas, as matas, os animais, os rios, o solo e o ar.”

Branco (1980, p. 43) esclarece que o emprego do termo “meio ambiente” estabelece uma conotação de espaço físico; simplificando, de acordo com Allegretti (2001), meio ambiente é o agrupamento de condições naturais, influencias e interações que atuam sobre os seres vivos como, por exemplo: os animais, os vegetais e os seres humanos; para Duarte (2007), este termo é resumidamente o conjunto de condições físico-químicas e biológicas existentes, consistindo, portanto, em “[...] um lugar onde os animais e as plantas vivem.” (WHITTEN; BROOKS, 1972, p. 155, tradução nossa).

Segundo Romero (2006, p. 759), meio ambiente refere-se às “[...] influencias externas, que atuam sobre um organismo”; é o conjunto de condições naturais ou de influências que atuam sobre os seres vivos (DUARTE, 2007); para Rocha (2001) é composto pelas relações que existem entre a natureza e o homem. Art (1998 apud DULLEY, 2004, p.18) afirma que meio ambiente é a “[...] soma total das condições externas circundantes no interior das quais um organismo, uma condição, uma comunidade ou um objeto existe.” Rocha, Naves e Souza (1992, p. 84) estabelece que este termo é definido como “[...] o solo, o clima, os recursos hídricos, o ar, os nutrientes e os outros organismos.”

Machado (2009, p. 51) declara em *Direito Ambiental Brasileiro* que a expressão “meio ambiente”, não é exatamente correta, pois a palavra “ambiente” e “meio” são na verdade sinônimos, “[...] ‘meio’ é precisamente aquilo que envolve, ou seja, o ‘ambiente’”; segundo o *Dicionário Prático de Ecologia* de Fornari Neto (1992) a definição do termo “ambiente” é na verdade sinônimo de meio ambiente, assim como para Krieger (et al., 1998, p. 46) em *Dicionário de Direito Ambiental*, portanto quando procurado a palavra “ambiente” nos respectivos dicionários são apresentadas remissivas que indicam que a melhor definição para o termo é a expressão “meio ambiente”.

Silva (2005) esclarece que o termo ambiente refere-se a tudo o que esta em volta do ser, porém esta definição é muito vaga e apenas mostra o quão amplo este termo pode ser;

para Branco (1997) o ambiente engloba tanto aspectos físicos, como biológicos e químicos. Segundo Krieger (et al., 1998) a palavra “ambiente” remete diretamente ao agrupamento de sistemas físicos, químicos, biológicos e suas respectivas relações, assim como esta relacionado a fatores econômicos, sociais e culturais que afetam diretamente e imediatamente os seres vivos; Silva (2005, p.51) explica que o termo “meio” refere-se ao fator físico do ambiente, ou seja, trata-se da “[...] matéria que rodeia imediatamente o organismo e com a qual este mantém seus importantíssimos intercâmbios.”

Ambiente segundo Krieger (et al., 1998, p. 46) consiste basicamente em “[...] água, ar, solo e os seres vivos que rodeiam o homem, quer isoladamente quer nas suas inter-relações.” De acordo com Pellegrini Filho (2000, p. 16) é basicamente um “[...] complexo de condições envolventes aos seres vivos na biosfera.” Deste modo define-se, de acordo com Fornani Neto (1992) meio ambiente como a totalidade dos fatores fisiológicos juntamente com os fatores psicossociais relacionados à natureza humana, somados aos fatores sociológicos; para Mininni-Medina (1998, p.35 apud SILVA, 2005) esse termo é o resultado das combinações inter-relações de intercambio entre a sociedade e a natureza.

Machado (2009, p. 55) afirma que o conceito de meio ambiente “[...] atinge tudo aquilo que permite a vida, que a abriga e rege.” Romero (1995) indica que a definição de meio ambiente é extremamente ampla; deste modo Allegretti (2001) afirma que ao se tratar de meio ambiente muitas vezes é necessário realizar uma abordagem interdisciplinar, pois este termo é aplicável em diversas áreas do conhecimento, como por exemplo: a biologia, engenharia, sociologia e etc. O Ministério da Educação (BRASIL, 1997) informa que o tema “meio ambiente” traz a discussão a respeito da relação entre os problemas ambientais e fatores econômicos, políticos, sociais e históricos, o que explica a interdisciplinaridade do tema, segundo Sousa (2008)

O meio ambiente é formado pelos seguintes fatores sociais: cidadania, ética, comportamento, bem-estar, estado de espírito, trabalho, saúde, alimentação, higiene, cultura, civilidade, convivência, respeito, paz, dentre outros; bem como pelos fatores naturais que são: solos, água, florestas, relevo, geologia, paisagens, clima, fauna, flora, etc. (SOUSA, 2008, p. 30).

É necessário dividi-lo em diferentes seguimentos para tornar possível a sua discussão completa, sendo preciso realizar uma fundamentação em diferentes campos do conhecimento (BRASIL, 1997), como, por exemplo, o meio ambiente na educação, ecologia, sustentabilidade, desenvolvimento, cidadania, direito, etc. Uma biblioteca especializada com a temática em meio ambiente vem a ser, portanto primeiramente uma biblioteca com conteúdo especializado, é importante ressaltar o significado de biblioteca temática, como forma de

esclarecer e elaborar um significado definitivo para o termo: Biblioteca especializada com a temática em meio ambiente.

Uma biblioteca com uma temática específica, como apresentado anteriormente, possui relação direta com uma das principais características das bibliotecas especializadas, sendo assim essas bibliotecas são ambas dedicadas a tratar e disponibilizarem documentos onde o foco seja em apenas um assunto. Desse modo, suas coleções são voltadas para uma matéria bem definida, ou seja, a atenção esta completamente concentrada em um seletivo grupo do conhecimento, porém, quando reunidos em uma coleção, nota-se que os assuntos das obras se relacionam entre si, pois seguem a mesma temática (LITTON, 1974). Essas bibliotecas possuem a principal característica de fornecer aos seus usuários um acervo extremamente específico em uma determinada área (MELLO; CAMPOS, 2007?).

No caso da biblioteca especializada em meio ambiente, o acervo específico estará voltado para o meio ambiente e suas vertentes, pois, como indicado por Romero (1995), este é um termo muito amplo e abrange diversos subtemas. Pellegrini Filho (2000, p. 175) esclarece que o termo meio ambiente possui relação com a “[...] água, o ar, o solo, a flora, a fauna, o patrimônio histórico, arqueológico, paisagístico, etc”; diante disso, é possível notar que este é um assunto interdisciplinar e extremamente abrangente (ALLEGRETTI, 2001).

#### **4.2 Política de Desenvolvimento de coleções de bibliotecas especializadas**

Uma coleção é uma parte do acervo da biblioteca que de certa forma é mantida separada das demais, de acordo com características que possuem em comum. Para Faria e Pericão (2008, p. 175), uma coleção é na verdade um “[...] grupo de publicações distintas, ligadas entre si por um título comum, cada uma com o seu título próprio e seu responsável, singular ou não.” Cunha e Cavalcanti (2008, p. 91), afirmam que coleção é, portanto, a “[...] reunião artificial de documentos, sem relação orgânica, agrupados de acordo com uma característica comum, tal como, entre outros formatos, forma de aquisição, assunto, língua e suporte físico.”

Faria e Pericão (2008) definem coleção como um agrupamento de documentos ou de diversos tipos de informações, reunidos por meio da semelhança, assim como afinidades de assunto, formato, época, entre outros; uma coleção abarrotada nas prateleiras não é uma boa coleção, na verdade é mais importante ter itens que os usuários realmente precisam e que

estão atualizados, ou seja, que satisfaçam suas necessidades e não que estejam lá apenas para fazer volume, sem ter utilidade efetiva (GREGORY, 2011).

Lemos (2005) afirma que uma das principais consequências sociais advindas com a invenção da escrita são os suportes de baixo custo, duráveis e portáteis; segundo Koontz e Gubbin (2012), as coleções complementam os serviços existentes na biblioteca. Faria e Pericão (2008) esclarecem que coleção de biblioteca é basicamente um conjunto de documentos organizados e disponibilizados para os usuários; é importante que estes documentos disponibilizados sejam relevantes para os usuários de forma a atendê-los e garantir a credibilidade do acervo da biblioteca (GREGORY, 2011). Na sociedade da informação, de acordo com Miranda (2007), o conhecimento é renovado rapidamente o que acarreta em uma maior dificuldade para bibliotecas manterem suas coleções sempre atualizadas.

Um documento, segundo Faria e Pericão (2008), é um objeto informativo que pode ser qualquer fonte de informação fixada materialmente, ou seja, que possa ser utilizado para estudo, consulta ou prova; Cunha e Cavalcanti (2008) afirmam que os documentos são o suporte da informação, como, por exemplo: livros, revistas e jornais; são considerados também a representação da realidade sob uma forma literária, ou seja, são, na verdade, qualquer registro que pode estar em papel, pergaminho, filme, ou em qualquer outro material.

Desenvolver coleções consiste em um processo de gerenciamento de acervo; pode ser definido como: o processo de coleta de informações, comunicação, coordenação, formulação de políticas, avaliação e planejamento. O resultado para esses processos são decisões sobre a aquisição, armazenamento e fornecimento de acesso às fontes de informação que atendam às necessidades intelectuais de uma determinada comunidade (GREGORY, 2011).

Para Andrade e Araújo (2013), o processo de desenvolvimento de coleções surge a partir do crescimento exponencial de informações advindas da “explosão bibliográfica”; de acordo com Miranda (2007, p. 87), o conhecimento é renovado aceleradamente, causando, assim, uma maior “[...] dificuldade para bibliotecas manterem suas publicações sempre atualizadas, tornando imprescindível a elaboração de políticas de atualização e expansão dos acervos voltados para o perfil dos usuários.”

O surgimento deste processo, segundo Vergueiro (1993), esta intimamente ligada ao fato das bibliotecas apresentarem uma prática administrativa no que se refere à composição do acervo, ou seja, passou a ser entendido que é impossível acompanhar o ritmo descontrolado em que as informações estão sendo criadas, mas que isso não justifica o crescimento desordenado da mesma.

O grande desafio que surge juntamente com o desenvolvimento de coleções, de acordo com Leroux (2007, p. 4), esta relacionada à formação de coleções pertinentes e úteis para seus usuários em um contexto onde “[...] a escolha documentária é considerável e os recursos financeiros, humanos e tecnológicos sejam limitados”, ou seja, consiste na fase em que são desenvolvidas operações relacionadas à formação do acervo de bibliotecas levando em consideração a situação atual da organização (MACIEL; MENDONÇA, 2006). Koontz e Gubbin (2012) ressaltam que o tamanho de uma coleção não é capaz de caracterizá-la como um bom acervo; é preciso que este acervo atenda as necessidades da comunidade a qual ele serve; desse modo, a conformidade do acervo com as necessidades informacionais dos usuários é mais importante do que o tamanho de suas coleções.

O desenvolvimento de coleções, de acordo com Dias, Silva e Cervantes (2012), refere-se ao processo de construção do acervo de bibliotecas com a finalidade de permitir o estudo, ensino e pesquisa, assim como para atender a outras necessidades inerentes aos usuários. Durante muito tempo, conforme argumenta Eduvirges (2014, p. 2), este processo “[...] estava ligado apenas a duas etapas, a seleção e a aquisição de materiais de informação para as bibliotecas”; porém, esse processo teve de ser estendido, para Sánchez Vignau e Presno Quesada (2006), para a política que irá determinar não só essas duas etapas, mas uma série de diretrizes a serem seguidas pelo profissional em distintos e variados processos.

Nascimento e Santos (2012, p. 3) explicam que desenvolver coleções possui relação com a “[...] sistematização e criação de mecanismos que vão ser estabelecidos para a seleção, aquisição, avaliação e desbastamento de materiais”, informação também compartilhada por Anna (2016, p. 143) quando afirma que remete ao “[...] conjunto de ações realizadas em prol da formação de uma determinada coleção”; desse modo, o processo de desenvolvimento de coleções é uma parte do planejamento e gerenciamento de bibliotecas que busca a qualidade em diferentes visões, sofrendo, portanto inúmeras influências e é caracterizada como um processo sistêmico (LOURENÇO, 2012).

Segundo Eduvirges (2014, p. 2), o processo de desenvolvimento de coleções precisa estabelecer uma ligação com os “[...] objetivos das bibliotecas, da coleção e dos usuários, é o momento de decisão, onde se seleciona o que pode ou não compor o acervo”; ou seja, tal processo é basicamente o mediador entre os materiais de informação e os usuários da biblioteca. Esse processo é, portanto, composto por uma série de funções e atividades para o planejamento do acervo de modo a definir diretrizes para os processos de seleção, aquisição, avaliação e desbastamento (MACIEL; MENDONÇA, 2006).



O desenvolvimento de coleções é uma parte da atividade de planejamento de uma determinada biblioteca. De acordo com Vergueiro (1993), tal desenvolvimento consiste no planejamento do acervo mediante a elaboração de um plano ou de uma política que descreva as diretrizes para os processos; essa atividade tem principalmente o poder de decisão a respeito do acervo que resultará na aquisição de materiais para a biblioteca (GREGORY, 2011).

Segundo Miranda (2007, p. 87), o processo de formação e desenvolvimento do acervo devem ser “[...] encarados como um processo permanente no qual as atividades de seleção, aquisição e avaliação de materiais devem permanecer em contínua sintonia com as necessidades de informação da comunidade de usuários.” Para Vergueiro (1998), o desenvolvimento de coleções é um processo que afeta e é afetado por muitos fatores externos a ele; desenvolver coleções não está mais limitado a apenas selecionar e adquirir obras; esse processo é formado por um conjunto de atividades, são elas: o estudo de comunidade, seleção, aquisição, avaliação e o desbaste. A seguir encontram-se descritas as atividades aqui citadas.

Araujo (2013) afirma que para o desenvolvimento de coleções é essencial que seja realizado primeiramente um estudo da comunidade, valendo-se, portanto, dos usuários potenciais e reais da biblioteca; este processo, conforme salientado por Vergueiro (1998), consiste basicamente na identificação das necessidades informacionais dos usuários da biblioteca, de modo a garantir que as coleções futuramente adquiridas realmente atendam ao seu público.

Para Weitzel (2006, p. 21), esse processo representa “[...] um trabalho de pesquisa junto à comunidade”; esse estudo, de acordo com Miranda (2007), é realizado com o uso de instrumentos de pesquisa, são eles: entrevistas, questionários, formulários, observação, entre outros. Desse modo, o desenvolvimento de coleções num acervo de biblioteca sempre terá que ser abrangente e participativo. De acordo com Araujo (2013), o principal interesse neste processo é o usuário da comunidade; trata-se, portanto, de uma ferramenta indispensável à política de desenvolvimento de coleções.

A seleção, de acordo com Figueiredo (1998, p. 84), é “[...] um processo de tomada de decisão título a título”; complementarmente, Vergueiro (2010) afirma que é o momento da tomada de decisão do bibliotecário; para a seleção de coleções digitais são “[...] considerados dois grupos de documentos ou recursos, os recursos adquiridos ou licenciados e os recursos gratuitos e de acesso livre.” (RODRIGUES; CARVALHO, 2013, p. 7). Esse processo é uma das funções mais importantes na biblioteca (LITTON, 1970) e, como é um dos focos da pesquisa, será mais bem fundamentado na próxima seção.

A aquisição consiste na execução das decisões tomadas no processo de seleção, ou seja, é o procedimento destinado à obtenção dos documentos anteriormente selecionados (MIRANDA, 2007). Andrade e Vergueiro (1996, p. 6) afirmam que a aquisição consiste em um “[...] trabalho minucioso de identificação, localização dos itens e sua posterior obtenção para o acervo”. De acordo com Cunha e Cavalcanti (2008), este processo está ligado à obtenção de documentos por meios de compra, doação, permuta ou intercâmbio; é, portanto, o processo que visa compor o acervo da biblioteca mediante uma sequência de diretrizes estabelecidas pela instituição.

O processo de avaliação, como o próprio nome diz, consiste em avaliar as coleções da biblioteca (WEITZEL, 2006). Segundo Maciel e Mendonça (2006), a avaliação é um componente muito importante, pois permite compreender se é necessário corrigir ou manter as estratégias aplicadas. De acordo com Figueiredo (1998, p. 97-98), esta etapa é na verdade uma “[...] avaliação dos métodos de seleção”; para Weitzel (2006, p.37) esse processo “[...] permite identificar títulos que estão em condições para serem transferidos para locais menos acessíveis, para armazenamento especial para fins de preservação, para reparos, restauração, conservação ou para descarte”; ao realizar a avaliação no acervo é possível, de acordo com Araujo (2013), verificar as obras que possuem títulos repetidos ou então materiais não utilizados pelos usuários, podendo, portanto, ser realizado o desbaste consciente e justificado da obra ou coleção.

O desbastamento é uma atividade “[...] muito mais ampla do que o simples expurgo de materiais” (VERGUEIRO, 1998, p. 75); consiste em separar ou retirar obras do acervo e, algumas vezes, até partes da coleção, ou para realizar o remanejamento ou para descartar. As obras são descartadas, segundo Cunha e Cavalcanti (2008), quando consideradas superfluas, antiquadas ou, até mesmo, quando não condizem com as mínimas condições de uso. Esse processo, de acordo com Maciel e Mendonça (2006, p.25), consiste em selecionar os documentos que, após a avaliação, foram considerados “[...] desnecessários ou defasados em relação às expectativas dos usuários.” Para Cunha e Cavalcanti (2008), esse processo é dividido nos seguintes tópicos: a retirada dos documentos das estantes ou para o setor de reserva ou para doação e a destruição do documento quando o uso do mesmo já se tornou inviável.

Reiterando a relevância de tais processos, Araujo (2013) salienta que o desenvolvimento de coleções é fundamental para a biblioteca, não apenas perante a quantidade de documentos presentes no acervo, mas também para o fornecimento de materiais de qualidade informacional; Weitzel (2002) afirma que este processo é um dos recursos

fundamentais para a formação e administração das coleções, pois leva em consideração não só os interesses do usuário, como, também, o seu perfil; Sánchez Vignau e Presno Quesada (2006, p. 139, tradução nossa) estabelecem que “[...] o desenvolvimento de coleções é a solução para garantir ao usuário as informações necessárias”, disponibilizadas a ele com padrões de qualidade.

Segundo Mattos e Dias (2009, p. 41), o desenvolvimento de coleções é “[...] importante devido à irracionalidade de se adquirir todo o material informacional produzido”, informação também ressaltada por Vergueiro (1993). Nessa linha de pensamento, a coleção precisa evoluir harmoniosamente dentro do acervo, de modo a evitar que a biblioteca pareça desordenada e suas coleções sem metas (MIRANDA, 2007).

Sendo assim, esse processo deve ser encarado como uma atividade de planejamento, onde o reconhecimento da “[...] comunidade a ser servida e suas características culturais e informacionais, oferecerá a base necessária e coerente para o estabelecimento de políticas” (MACIEL; MENDONÇA, 2006, p. 16). Assim como o reconhecimento dos pontos fortes da coleção perante seus usuários, a política de desenvolvimento de coleção permite que os pontos fracos do acervo sejam identificados e corrigidos de forma a garantir a harmonia e a conformidade com as necessidades da comunidade a qual ela serve (EVANS, 1979); complementarmente, Miranda (2007, p. 92) esclarece que as “[...] coleções precisam evoluir, harmoniosamente, em todas as áreas do acervo, evitando-se seu crescimento desordenado, sem metas ou objetivos definidos.”

Para Nascimento e Santos (2012), este processo é uma das funções básicas das unidades de informação, ou seja, é fundamental a existência desse processo nas bibliotecas, pois este é um dos elementos básicos de auxílio às suas funções; o desenvolvimento de coleções é prioritariamente um trabalho de planejamento (VERGUEIRO, 1989) no qual se deve estabelecer um plano criterioso que irá nortear a formação e expansão do acervo (DIAS; SILVA; CERVANTES, 2012). Eduvirges (2014, p. 2) complementa afirmando que este processo é umas das “[...] etapas do planejamento e da administração das bibliotecas.” Esse planejamento, segundo Dias, Silva e Cervantes (2012), possui como princípio básico garantir aos usuários a adequação necessária à formação da coleção.

Desse modo, em conformidade com o pensamento de Miranda (2007, p. 88), a coleção de uma biblioteca deve ser “[...] desenvolvida tomando por base um plano pré-estabelecido que garanta sua continuidade e adequação necessária à formação da coleção (tanto em termos de conteúdo quanto de formato)”; trata-se, portanto, da implementação de um documento

administrativo oficializado, uma política de desenvolvimento de coleções (DIAS; SILVA; CERVANTES, 2012).

Vergueiro (1989) esclarece que o propósito de uma política é deixar clara a filosofia que está relacionada ao trabalho do bibliotecário no que diz respeito à coleção; de forma mais específica, esse documento trata de tornar público o relacionamento entre o desenvolvimento da coleção e os objetivos da instituição de onde esta coleção pertence (GREGORY, 2011). Segundo Andrade e Araújo (2013), a política de desenvolvimento de coleções é uma atividade contínua, fundamental para que a coleção seja adequada e deve ser baseada nas necessidades dos usuários.

O desenvolvimento de coleções, de acordo com Weitzel (2002, p. 64), procura “[...] organizar o conhecimento registrado sob enfoques e filtros específicos.” Vergueiro (1989, p. 23) afirma que o desenvolvimento de coleções como uma “[...] atividade de planejamento, deve ter um plano detalhado pré-estabelecido”, a fim de garantir que haja o mínimo possível de correções; esse plano pré-estabelecido é, de acordo com Dias, Silva e Cervantes (2012), a própria política de desenvolvimento de coleções.

A política de desenvolvimento da coleção, segundo Miranda (2007), visa nortear a formação e expansão do acervo da biblioteca, sendo necessário que essa estabeleça sua própria política de desenvolvimento de coleções e a materialize em forma de um documento. Segundo Evans (1979), é uma declaração escrita do plano; ela fornece detalhadamente orientações para a equipe da biblioteca; este documento por sua vez deve levar em conta, dentre outros, os seguintes dados essenciais: “[...] os objetivos da biblioteca, o estado atual da coleção, as necessidades informacionais da comunidade a ser servida, orçamento e outros recursos informacionais disponíveis.” (MIRANDA, 2007, p. 88).

De acordo com Anna (2016, p. 144), a política é um documento de “[...] cunho administrativo imprescindível ao estabelecer garantia, segurança e legitimidade às ações desenvolvidas junto à coleção”. O documento deve ser formalizado de modo a possibilitar observações e futuras alterações que podem ocorrer em períodos variados (EDUVIRGES, 2014). Consiste em um plano de ação, um documento com informações usadas para orientar o pensamento e a tomada de decisões da equipe (EVANS, 1979). A política de desenvolvimento de coleções é um plano formalizado com diretrizes para todas as operações realizadas na biblioteca, permitindo que realize “[...] suas tarefas centrais de adquirir, organizar e gerenciar materiais da biblioteca” (GREGORY, 2011, p. 31, tradução nossa).

Para Koontz e Gubbin (2012, p. 77-78), essas políticas são importantes para “[...] garantir um critério coerente na manutenção e desenvolvimento das coleções das bibliotecas e

dos acessos aos recursos”. Dias, Silva e Cervantes (2012, p. 44) esclarecem que a política deve “[...] expressar o interesse comum da instituição que a mantém e da comunidade a que serve, assim como viabilizar um olhar estratégico sobre coleções, os serviços e os usuários de uma biblioteca.” Esse documento é responsável por estabelecer todas as diretrizes para o processo de formação de acervo (MACIEL; MENDONÇA, 2006). Para Weitzel (2006), a política de desenvolvimento de coleções é um

[...] instrumento importante para desencadear o processo de formação e crescimento de coleções, constituindo-se num documento formal elaborado pela equipe responsável pelas atividades que apoiam o processo de desenvolvimento de coleções como um todo (WEITZEL, 2006, p.18).

Litton (1970) esclarece que uma política bem elaborada é um meio para gerar um acervo bibliográfico adequado às necessidades de informação e leitura do público da biblioteca. Essa política é, para Araujo (2013), fundamental para o desenvolvimento do acervo de qualquer biblioteca. Dias, Silva e Cervantes (2012) afirmam que a política é essencial para a coleção das bibliotecas, seja ela física ou eletrônica. Para Weitzel (2006), esse documento existe para garantir a consistência e permanência do processo de desenvolvimento de coleções na instituição. Gregory (2011, p. 31, tradução nossa) indica que essas políticas existem para ajudar a garantir a consistência em procedimentos realizados na biblioteca, assim como são “[...] importantes para alcançar o equilíbrio adequado na coleção de uma biblioteca.”

As políticas, de acordo com Koontz e Gubbin (2012, p. 78), devem conter a “[...] finalidade, alcance e conteúdo do acervo”, bem como as diretrizes a respeito do acesso; segundo Sánchez Vignau e Presno Quesada (2006, p. 140, tradução nossa), assim como acontece em organizações tradicionais, as políticas para coleções digitais “[...] devem incluir todos os aspectos que determinam o bom funcionamento da coleção”, ou seja, o cenário em que a coleção está incluída pode mudar, mas o objetivo final permanece o mesmo. Desse modo, as políticas devem considerar todos os formatos aceitos pela biblioteca para a composição de seu acervo (DIAS; SILVA; CERVANTES, 2012); desde que as diretrizes estabelecidas na política permitam que a biblioteca tenha uma coleção coerente e em harmonia com as demais coleções do acervo (EVANS, 2000).

As políticas de desenvolvimento de coleções geralmente atendem a uma série de objetivos, que incluem direcionar os processos existentes na biblioteca e quanto à disponibilização de recursos para os usuários, servindo, portanto, como uma forma de

proteção e padronização de atividades (GREGORY, 2011). Deste modo, a essência deste processo, de acordo com Sánchez Vignau e Presno Quesada (2006, p. 140, tradução nossa), consiste em “[...] desenvolver a coleção a partir do esquema básico para o desenvolvimento de coleção, mas levando em consideração as peculiaridades do ambiente digital”; para Araujo (2013) a implantação da política de desenvolvimento de coleções permite que o acervo das bibliotecas se desenvolva de forma mais concisa e isso é necessário tanto em bibliotecas com acervos tradicionais como em digitais.

A base para o estabelecimento das políticas de desenvolvimento de coleção em bibliotecas especializadas é semelhante com a das políticas estabelecidas em ambientes tradicionais de informação (SÁNCHEZ VIGNAU; PRESNO QUESADA, 2006). Desse modo, uma política de desenvolvimento de coleções para esse tipo específico de biblioteca, de acordo com White e Crawford (1997), possuem elementos similares que também pertencem a uma política tradicional, sendo eles:

- A finalidade, missão e os objetivos da instituição;
- Nível de desenvolvimento de coleções, bem como responsabilidades;
- Público alvo;
- Pontos fortes e pontos fracos da coleção;
- Justificativa dos critérios de seleção e avaliação;
- Condições de desbastamento e de cooperação com as outras bibliotecas.

Dessa forma, as políticas, independente do suporte dos documentos, devem ser planejadas e, de acordo com Andrade e Araújo (2013), possuem a finalidade de funcionar como uma diretriz capaz de auxiliar o bibliotecário em suas tomadas de decisão, no que diz respeito ao processo de desenvolvimento de coleções físicas ou eletrônicas.

Toda biblioteca, de acordo com Araujo (2013), deve ter uma política de desenvolvimento de coleções a ser utilizada como base para qualquer atividade relativa ao acervo. Vergueiro (1989) afirma, portanto, que o desenvolvimento de coleções para bibliotecas que possuem uma especialidade tem como particularidade, objetivos muito bem definidos, possibilitando que o desenvolvimento de coleções esteja voltado para a informação especializada; informação complementada por Miranda (2007) quando informa de modo sintetizado que as bibliotecas especializadas possuem seus objetivos bem definidos, facilitando a formação e desenvolvimento de seu acervo; diferentemente das bibliotecas

tradicionais que abarcam uma quantidade de assuntos bem maior e, portanto, o seu acervo é composto por informações variadas.

Miranda (2007, p. 88) esclarece que os usuários de bibliotecas com conteúdos específicos possuem “[...] necessidades e exigências bastante complexas, daí a importância de se elaborar uma eficaz política de desenvolvimento de coleções”; desse modo, para que as diretrizes estabelecidas para o desenvolvimento de coleções de uma biblioteca temática realmente venha a funcionar, é preciso que o bibliotecário pesquise obras de acordo com o que está estabelecido na política. O profissional deve encontrar obras que envolvam o assunto sem sair da temática da biblioteca (CARDOSO. et al., 2013). É importante manter as decisões tomadas todas em conformidade com as estabelecidas nas políticas, pois, segundo Vergueiro (2010), este documento é um instrumento de apoio às decisões dos bibliotecários.

O desenvolvimento de coleções de bibliotecas temáticas tornou-se, “[...] um recurso fundamental para se administrar as coleções de acordo com os interesses e o perfil daqueles que necessitam de informações específicas.” (WEITZEL, 2002, p.63). A política de desenvolvimento de coleções basicamente “[...] convém para orientar na aquisição de livros, garantindo que estejam de acordo com a temática do núcleo, para o desenvolvimento e constituição do acervo.” (CARDOSO. et al., 2013, p. 3).

Weitzel (2002) afirma que a atividade de desenvolvimento de coleções é comprometida com a sistematização de uma determinada área e que procura organizar o conhecimento sob um enfoque específico. Essa administração sistemática, segundo Anna (2016, p. 143) pressupõe o “[...] estabelecimento de condições a fim de justificar a seleção e aquisição dos recursos, desencadeando um processo criterioso realizado com amplo planejamento, sofrendo interferências de agentes externos.” Para Gregory (2011), essas políticas geralmente existem para estabelecer os objetivos da coleção, assim como estabelece diretrizes e termos para as novas aquisições e a manutenção de itens já existentes no acervo.

Os elementos presentes no desenvolvimento de coleção variam entre os tipos de biblioteca e devem ser esclarecidos na política (EVANS, 1979). Desenvolver coleções esta diretamente relacionada com o tipo de biblioteca, assim como com os objetivos da instituição, pois o seu acervo na verdade vem a servir um tipo de comunidade (MACIEL; MENDONÇA, 2006). Nessa direção, Araujo (2013) afirma que a política de desenvolvimento de coleções sofre variação quanto ao tipo de biblioteca, pois cada biblioteca costuma possuir um tipo de usuário diferente; desse modo, Evans (1979, p. 25) afirma que mesmo nas bibliotecas especializadas, que geralmente atendem a um grupo limitado de usuários, encontram-se

problemas, “[...] uma vez que não há duas pessoas idênticas, e é impossível que suas necessidades e interesses de materiais coincidam completamente.”

O que diferencia o desenvolvimento de coleções para bibliotecas que possuem um determinado tipo de especialidade, do realizado nas demais instituições é o fato de que nestas existe uma maior necessidade de especificar as normas e diretrizes para o processo de seleção de documentos, tornando a composição do acervo em conformidade com especificidades, objetivos e finalidades da biblioteca (VERGUEIRO, 1993). A qualidade do acervo está condicionada diretamente “[...] à flexibilidade para modificar ou ajustar a política de desenvolvimento de coleções, sempre que for constatado que a biblioteca não está atendendo aos reais interesses dos seus usuários.” (MIRANDA, 2007, p. 93).

Desse modo, uma política de desenvolvimento de coleções de uma biblioteca especializada com uma determinada temática estabelece diretrizes para a formação de um acervo específico. Trata-se de um documento que abre um caminho para a criação e incorporação de novos conteúdos e formatos, em um único espaço onde todas as informações são reunidas e organizadas (SÁNCHEZ VIGNAU; PRESNO QUESADA, 2006). O desenvolvimento da coleção sempre foi e certamente permanecerá sendo uma das áreas mais importantes da biblioteca (GREGORY, 2011). Segundo Vergueiro (1993), esse processo consiste em uma divisão funcional da biblioteca, sendo tão importante quanto outros, tais como organização, disseminação circulação de materiais, dentre outros.

Segundo Gregory (2011, p. 206, tradução nossa) em *Collection Development and Management for 21st Century Library Collections*, as responsabilidades do trabalho e os formatos de materiais estão em constante mudança, “[...] mas colecionar e fornecer acesso aos materiais que os usuários desejam sempre são um desafio, continuará a ser o objetivo mais gratificante que nós, como bibliotecários, realizarmos”, ou seja, por mais que as mudanças venham a ocorrer, continuará sendo necessário que a biblioteca desempenhe seu papel de garantir a disponibilização de materiais de qualidade que atendam as necessidades de seus usuários.

#### **4.3 Processo de seleção e seus critérios**

O processo de seleção consiste na etapa mais importante da política de desenvolvimento de coleções, pois segundo Miranda (2007, p. 89) é por meio dele que se “[...] garante a qualidade e o ajustamento do acervo para atender a contento as reais



necessidades dos usuários”; de acordo com Figueiredo (1998), consiste em uma tomada de decisão título a título; o termo decisão, segundo Maciel e Mendonça (2006), esta relacionado ao momento de opção, de escolha, de seleção de uma determinada alternativa.

Para Araujo (2013), o processo de seleção é caracterizado pela escolha de materiais bibliográficos para a composição do acervo de uma biblioteca; Evans (1979) indica que consiste em decidir se determinado documento é realmente relevante para a composição da coleção. Este processo é caracterizado pela necessidade de se “[...] definir, entre os milhares ou milhões de materiais de informação que são lançados no mercado, quais os melhores para uma determinada biblioteca específica.” (VERGUEIRO, 2010, p. 9).

Segundo Vergueiro (2010), seleção é o momento em que “[...] o poder de decisão pode estar nas mãos dos bibliotecários”; para Miranda (2007) é este profissional que possui o poder para compor a coleção; Araujo (2013) afirma que, no processo de seleção, o bibliotecário não só precisa tomar decisões, como também assumir um papel de liderança para selecionar os materiais bibliográficos que serão incluídos no acervo; Weitzel (2012) explica que geralmente é a comissão de seleção que toma as decisões sobre quais obras devem ser incorporadas no acervo. Essa comissão elabora um documento chamado desiderata, ou seja, uma lista com as obras aprovadas que possivelmente ainda iram passar por outros critérios da política.

Maciel e Mendonça (2006) afirmam que a seleção é umas das funções responsáveis pela formação e desenvolvimento de coleções. É neste processo que são selecionadas as coleções que irão compor o acervo da biblioteca. Para Vergueiro (1993, p. 3), a seleção é o processo responsável pela “[...] tomada de decisão relacionadas com implementação de objetivos anteriormente estabelecidos.” Weitzel (2002) considera que o processo de seleção é na verdade uma “[...] atividade inerente às coleções.”

Em essência, este processo consiste em determinar sistematicamente a qualidade e o valor das coleções que podem vir a fazer parte do acervo da biblioteca (EVANS, 1979), sendo responsável por selecionar quais itens devem ser incorporados no acervo. A seleção se apresenta, portanto, como um “[...] recurso técnico para identificar os bons livros da ‘multidão’”, de acordo com as necessidades dos usuários (WEITZEL, 2012, p.185). Segundo Miranda (2007, p. 90), os usuários “[...] influenciam o processo de seleção, não apenas como um dos fatores decisivos na preferência dos títulos, mas também contribuem com suas sugestões.”

Para Evans (1979, p. 28-29), o processo de seleção envolve uma série de decisões a serem tomadas, como, por exemplo, a de “[...] apostar em itens que fornecem informações sobre o mesmo assunto; decidir se a informação contida em um item vale o preço; ou decidir

se um item pode suportar o uso que receberá.” Miranda (2007) estabelece que nesse processo o usuário deve ter uma estreita participação, uma vez que o acervo é formado para a comunidade. Nesse sentido, as solicitações dos usuários devem ser avaliadas, pois, segundo Prado (2003), tais sugestões são dignas de atenção, uma vez que revelam os interesses da comunidade.

O processo de seleção é uma função do desenvolvimento de coleções, consistindo no foco central deste processo (GREGORY, 2011). É um procedimento técnico que garante certa “organização” das coleções (WEITZEL, 2002). Nessa direção, Vergueiro (1993) ressalta que o processo de seleção é, na verdade, uma função direta do desenvolvimento de coleções. É a atividade responsável por realizar a tomada de decisão, sendo responsável por implementar os objetivos anteriormente estabelecidos pela instituição.

Segundo Evans (1979), esse processo consiste em decidir quais materiais devem ser adquiridos para a coleção de uma determinada biblioteca. É responsável por tomar decisões a respeito das obras que podem fazer parte do acervo. Desse modo, a seleção de documentos é o processo que leva à decisão sobre a aquisição de documentos (CUNHA; CAVALCANTI, 2008). Segundo Figueiredo (1984), a aquisição é um processo de implementação das decisões realizadas no processo de seleção.<sup>2</sup>

Miranda (2007, p. 92) afirma que selecionar o que “[...] será agrupado ou excluído da coleção é uma atividade intelectual e funcional, ao mesmo tempo em que põe em prática o desenvolvimento de coleções de acordo com os objetivos e metas da organização e dos interesses da comunidade.” Weitzel (2000, p. 2) indica que em geral, há um “[...] consenso de que seleção é um processo de tomada de decisão ‘título a título’, tendo em vista perfis temáticos baseados em objetivos e estratégias específicos.”

Figueiredo (1991) afirma que quando o processo de seleção é bem realizado garante que a qualidade e o tamanho da coleção estejam em sintonia com as necessidades informacionais dos usuários, assim como afirmado por Maciel e Mendonça (2006, p. 19) que os reflexos desta realização se darão positivamente em todos os “[...] serviços subsequentes, agilizando o processo de tratamento técnico e permitindo um bom índice de relevância quanto da recuperação e utilização dos documentos.”

---

<sup>2</sup> Andrade e Vergueiro (1996) afirmam que cabe a aquisição a realização de um trabalho minucioso de identificação e localização dos itens para que seja possível obter as obras de acordo com as maneiras disponíveis de aquisição da biblioteca. Segundo Evans (1979), para o processo de aquisição ser inteligente e realista é preciso baseá-lo em um conhecimento profundo da coleção existente. Desse modo, o processo de aquisição de documentos visa aumentar, completar ou atualizar as coleções de uma determinada biblioteca; a aquisição está ligada diretamente ao processo de seleção de documentos (CUNHA; CAVALCANTI, 2008). Para Lima e Figueiredo (1984), a aquisição é o processo de agregar obras a uma determinada coleção, seja por meio de compra, doação ou permuta.

Segundo Miranda (2007), é fundamental a existência de uma política de seleção, visto que de nada valeria ter um grande acervo, porém inadequado aos seus usuários. De modo a complementar este pensamento, Weitzel (2006) informa que cada livro de uma biblioteca tem uma razão para estar incluso no acervo, à medida que nenhuma obra pode ser adquirida sem atender as diretrizes estabelecidas pela biblioteca. Nessa direção, Maciel e Mendonça (2006) argumentam que a função da seleção é a mais importante, pois implementa o que está formalizado na política de seleção, algo também corroborada por Vergueiro (2010), quando aponta para a importância da política de seleção como documento de apoio ao processo.

O processo de seleção de materiais e a manutenção adequada das coleções são de grande relevância para qualquer coleção de biblioteca, em qualquer formato. Essas “[...] coleções sempre exigiram um alto nível de tolerância para a mudança contínua, seja evolutiva ou súbita” (GREGORY, 2011, p. 1, tradução nossa). O processo de seleção, de acordo com Evans (1979, p. 137), envolve tanto a questão da “[...] oferta quanto à demanda: a função da biblioteca é descobrir e avaliar as demandas da comunidade”, possibilitando que estas sejam satisfeitas.

O desenvolvimento de coleções possui como uma de suas etapas o processo de seleção. É extremamente fundamental que nessa etapa seja providenciada a relação de critérios e diretrizes para a seleção de documentos (GREGORY, 2011); portanto, o processo de seleção cumpre melhor sua função perante o acervo da biblioteca quando possui suas diretrizes definidas por escrito e formalizadas, ou seja, esse documento é a política de seleção (MACIEL; MENDONÇA, 2006).

A política de seleção, segundo Lima e Figueiredo (1984, p. 139), é um conjunto de “[...] diretrizes e normas que visam estabelecer ações, delinear estratégias gerais, determinar instrumentos e delimitar critérios para facilitar a tomada de decisão na composição e desenvolvimento de coleções em consonância com os objetivos”, estabelecidos pela instituição, biblioteca e/ou usuários. Nas políticas de seleção, de acordo com Lima e Figueiredo (1984), são estabelecidas as linhas gerais da coleção, ou seja, são oficializadas as diretrizes para composição do acervo.

Segundo Prado (2003, p. 26), essas diretrizes garantem que o bibliotecário seja “[...] indiferente e imparcial com relação às suas próprias crenças e teorias”, considerando a aquisição de determinada coleção em prol dos usuários da biblioteca e não com base em seus próprios interesses. Esse documento garante que as diretrizes permaneçam sólidas, podendo ser atualizadas, ou seja, passando a se adequar a todas as condições que a biblioteca venha a ter (LIMA; FIGUEIREDO, 1984).

Para Weitzel (2000, p. 4), os critérios de seleção estão obrigatoriamente comprometidos com “[...] objetivos e metas institucionais tanto da biblioteca quanto da instituição que a mantém e, conseqüentemente, com o seu público-alvo.” Maciel e Mendonça (2006) ressaltam que em uma política os critérios gerais são estabelecidos, mas que cada processo deve ter um grau de especificidade e critérios específicos para a sua realização. Desse modo, os critérios de seleção consistem na especificação da política de seleção. De acordo com Vergueiro (2010, p. 17), “[...] visam guiar o bibliotecário no trabalho periódico de seleção, garantindo a coerência do acervo ao decorrer do tempo”. O conjunto destes critérios compõe a política de seleção.

Miranda (2007) reitera que para a aquisição de itens com qualidade é necessário que sejam estabelecidos critérios de seleção, uma vez que estes dois processos estão ligados.

A política de seleção procura garantir que todo o material seja incorporado ao acervo segundo razões objetivas predeterminadas e não segundo idiosincrasias ou preferências sociais, é ela que garante que as lacunas existentes no acervo não são fruto do descaso ou ineficiência do profissional responsável pela seleção, mas se coadunam com o processo de planejamento vigente na instituição bibliotecária, sendo coerentes com os propostos e objetivos estabelecidos para sua atuação. (VERGUEIRO, 2010, p. 17).

Torna-se imprescindível que as bibliotecas realizem uma “[...] seleção criteriosa de títulos para o crescimento racional e equilibrado da coleção” (MIRANDA, 2007, p. 89), ideia também compartilhada por Bertagnolli (et al., 2007, p. 2), quando afirma que a composição do acervo deve levar em consideração um conjunto de “[...] aspectos técnicos e éticos como o formato dos dados, respeito dos direitos autorais e capacitação dos recursos humanos”, Esses critérios são importantes, pois buscam “[...] eleger regras claras que habilitem o responsável pelo gerenciamento do acervo a optar por determinados materiais, em prejuízo de outros” (MIRANDA, 2007, p. 89).

Conforme argumenta Weitzel (2000), a escolha dos critérios de seleção é fundamental para definir a política de seleção adotada pela biblioteca. De acordo com Gregory (2011), os critérios de seleção correspondem ao núcleo da política, pois é por meio deles que é possível explicar por que um item é escolhido e outro não; esses critérios visam proporcionar um julgamento racional das obras que serão incorporadas no acervo (WEITZEL, 2012).

Miranda (2007, p.12), em seu artigo *Desenvolvimento de coleções em bibliotecas universitárias*, estabelece uma série de critérios de seleção que devem ser considerados:

- Autoridade do autor e /ou editor;

- Atualidade técnico-científica dos conteúdos;
- Qualidade técnica;
- Escassez de material sobre o assunto na biblioteca;
- Aparecimento do título em bibliografias e índices;
- Cobertura/tratamento;
- Custo justo;
- Idioma acessível;
- Relevância/interesse;
- Número de usuários potenciais que poderão utilizar o material;
- Condições físicas do material.

Weitzel (2012, p. 186), no artigo *Desenvolvimento de coleções: origem dos fundamentos contemporâneos*, explica que os critérios de seleção podem ocorrer:

- Em relação ao usuário, quando o julgamento se dá pelo ponto de vista da biblioteca ou de suas necessidades;
- Em relação ao documento, quando o julgamento se dá pelo valor intrínseco da obra;
- Em relação às características extrínsecas ao documento.

Complementarmente e mais detalhadamente estão sendo elencados neste trabalho os critérios de seleção apontados por Vergueiro (2010) no livro *Seleção de materiais de informação: princípios e técnicas*:

- a) Critérios que abordam o conteúdo dos documentos:
- Autoridade: “Busca definir a qualidade do material a partir da reputação de seu autor, editora ou patrocinador” (p. 18), porém não existem garantias suficientemente seguras.
  - Precisão: “Visa evidenciar o quanto a informação veiculada pelo documento é exata, rigorosa, correta.” (p. 19). Para esse critério ser válido é necessária a opinião de um especialista.
  - Imparcialidade: “Procura verificar se todos os lados do assunto são apresentados de maneira justa, sem favoritismo, deixando clara, ou não, a existência de preconceitos”. (p. 20)

- Atualidade: “Uma informação desatualizada perde muito de seu valor, este é um critério decisivo.” (p. 20).
  - Cobertura/ Tratamento: Esse critério refere-se à forma como o assunto é tratado. Para a aplicação desse critério, o bibliotecário deve analisar se o texto: a) é suficientemente detalhado sobre o assunto, b) tem uma abordagem superficial, c) tem todos os aspectos importantes cobertos e d) tem alguns dos aspectos importantes tratados rapidamente ou até mesmo deixados de fora.
- b) Critérios que abordam a adequação ao usuário:
- Convivência: “Intimamente ligado ao critério de cobertura/ tratamento, procura verificar se o trabalho é apresentado em um nível de vocabulário e visual que seja compreensível para o usuário.” (p. 22).
  - Idioma: “Trata-se de definir se a língua do documento é acessível aos usuários da coleção.” (p. 22).
  - Relevância/ Interesse: “Busca definir se o documento é relevante para a experiência do usuário, sendo-lhe de alguma utilidade.” (p. 22).
  - Estilo: “Muitas vezes o estilo utilizado não é apropriado ao assunto ou ao objetivo do texto, este critério procura verificar este fato, bem como constatar se ele é adequado ao usuário-alvo.” (p. 23).
- c) Critérios relativos a aspectos adicionais do documento:
- Características físicas: “Abrange os aspectos materiais dos itens a serem selecionados.” (p. 23). As características físicas são muito importantes para materiais com previsão de alta demanda ou dirigidos para públicos específicos.
  - Aspectos especiais: “Neste item analisam-se a inclusão e adequação e a qualidade de bibliografias, apêndices, notas, índices, etc.” (p. 23).
  - Contribuição potencial: “Este critério leva em consideração a coleção já existente, na qual o documento a ser selecionado deverá ocupar um local específico.” (p. 23).
  - Custo: Esse critério passa pelo pressuposto de que a biblioteca tem condição financeira para arcar com os custos, devendo-se procurar alternativas mais compensadoras como, por exemplo, verificar se há edições mais baratas no mercado.

Conforme o exposto entende-se que é importante pensar os critérios de seleção de materiais para uma biblioteca especializada de modo detalhada considerando o conjunto de tais critérios. Evans (1979) esclarece que essa atividade de seleção, quando pensada em bibliotecas que possuem um acervo específico, deve ser realizada exclusivamente por um especialista do campo que foi adotado como temática dessa biblioteca. O processo adequado de seleção do acervo, de acordo com Miranda (2007, p. 90), tem como “[...] consequência à satisfação da comunidade receptora dos serviços informacionais”; desse modo, o estabelecimento de critérios de seleção em uma biblioteca especializada é importante para garantir aos seus usuários a informação mais específica possível, assim como garantir que o material inserido no acervo condiz com as necessidades informacionais e área temática da instituição.

#### 4.3.1 Critérios de autoridade

Os critérios de autoridade, como visto anteriormente, fazem parte da política de seleção, ou seja, é um dos critérios de seleção e nessa pesquisa ganhará destaque. Pereira (2008) informa que são encontradas diferentes definições para o termo “autoridade”, uma vez que este termo está presente em várias disciplinas, como, por exemplo, filosofia, sociologia, ciência da informação, entre outros.

Os critérios de autoridade, segundo Vergueiro (2010, p.18), “[...] buscam definir a qualidade do material a partir da reputação de seu autor, editora ou patrimônio”, algo também corroborada por Gregory (2011), quando afirma que autoridade é um critério específico do processo de seleção, onde serão selecionadas obras que possuem reputação autoral, ou seja, consiste na seleção de obras onde previamente foi verificada a reputação de seu autor ou do seu editor.

Weitzel (2000) indica que para esse critério é necessário que o profissional esteja bastante atento também às peculiaridades dos documentos. Segundo Rabello e Rodrigues (2016, p. 6) é possível conter em um documento “[...] atributos de autoridade expressos em adjetivos como “verdadeiro”, “autêntico”, “confiável”, “fidedigno”, dentre outros”; a autoridade, de acordo com Silva (2016), deriva da antiguidade e é utilizada para afirmar a importância na preservação de documentos autênticos, ou seja, está diretamente ligada à autenticidade da informação.

Porém, neste trabalho, serão abordados conceitos de autoridade que vão além dessas definições; desse modo, entende-se que a noção de autoridade “[...] coloca-se como objeto e reflexo de uma ação, com consequências éticas e econômicas no mundo contemporâneo.” (FIGUEIREDO; SALDANHA, 2016, p. 1).

Será discutido o conceito de autoridade conforme o pensamento de Pierre Bourdieu e Patrick Wilson, a partir da leitura de Maria Nélide González de Gómez, sistematizada no texto *Notas sobre autoridade epistêmica: entre Pierre Bourdieu e Patrick Wilson*, escrito por Figueiredo e Saldanha, em 2016. Nesse texto, os autores apresentam a análise de *O campo científico*, de 1976, publicado por Bourdieu, e *Second-hand knowledge*, de 1983, publicado por Wilson, de acordo com a mediação realizada por González de Gómez. De modo a complementar ao pensamento desses autores, outros serão trazidos para o debate.

Segundo Figueiredo e Saldanha (2016, p. 4), González de Gómez utilizou como aporte as teorias de Bourdieu e Wilson para “[...] pensar as novas configurações do conhecimento e o papel das autoridades no processo de validação da informação”; a autoridade pode oferecer conhecimento que, de certo modo, influencia os trabalhos, gerando questões e discussões na área de atuação científica. Nessa direção, o conhecimento de “[...] autoridade proporciona nas áreas do conhecimento contextos de legitimação para certas questões da ciência, trazendo quando positivo mais autonomia.” (FIGUEIREDO; SALDANHA, 2016, p. 13).

A autoridade perante a perspectiva de Figueiredo e Saldanha (2016) pode oferecer aos pares conhecimentos que certamente influenciam o trabalho e delineiam questões e discussões na área de atuação científica e essa influência conduz a pesquisa e legitimidade entre os pares e na área de conhecimento. De acordo com Habermas (1993 apud GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2011, p. 236), a autoridade epistêmica é a “[...] competência de todos e cada um dos homens, em seus mundos de vida, e não função exclusiva das comunidades de eruditos.”

Para Rescher (2009, p. 66, tradução nossa) essa autoridade “[...] está em questão quando a ideia opera no contexto da crença.” Ghiggi (2001, p. 166) estabelece que a autoridade epistêmica dá-se a partir da “[...] relação entre pessoas que carregam consigo capital cultural de origem, com aptidões para exposições conceituais primárias”; trata-se, de acordo com Rescher (2009), a respeito de uma questão de credibilidade em relação a determinadas questões. Segundo Zagzebska (2012, p. 999, tradução nossa), a autoridade epistêmica é “[...] uma ampla defesa da ideia de que uma pessoa epistemologicamente racional não só pode, mas também deve reconhecer a autoridade epistêmica de outros.”

Rescher (2009, p. 67, tradução nossa) esclarece que a autoridade epistêmica deve ser conquistada, ou seja, “[...] reconhecer a autoridade epistêmica de alguém é uma questão de



confiança”. Figueiredo e Saldanha (2016, p. 1) afirmam que esta autoridade se coloca como um dos “[...] elementos para a compreensão dos modos como cientistas, politicamente, elaboram e fazem uso de micro e macropoderes.” A autoridade epistêmica, de acordo com González de Gómez (2011), existe em cada um dos homens de modo a possibilitar o exercício crítico de sua racionalidade; é ela que diferencia os homens entre eles. Segundo Rescher (2009), com a autoridade epistêmica se permanece a responsabilidade por afirmar a confiabilidade da fonte.

González de Gómez (2007, p. 9) conceitua “campo” como a configuração dos “[...] conhecimentos em diversas áreas, cada uma delas relativamente autônoma e, enquanto tais, sujeitas as propostas concorrentes pela definição da autoridade epistêmica.” Fuller (1988 apud GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2007, p. 8), afirma que existiria em toda prática científica uma “meta ciência” implícita no formato de argumentação da disciplina, que intervém como premissa tácita da autoridade científica na resolução de controvérsias e conflitos. Desse modo, o campo científico é o espaço de luta concorrencial onde a disputa ocorre pelo monopólio da autoridade científica (BORDIEU, 1983, p. 122- 123 apud GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2007, p. 9).

Segundo Gardner, Scherer e Tester (1989), quando se afirma estar falando com autoridade científica está implícito que o discurso afirmado é motivado pelos valores epistêmicos da ciência e não pelos valores extracientíficos. Porém, de acordo com Bourdieu (1983, p. 126-127 apud FIGUEIEDO; SALDANHA, 2016, p.5), a autoridade científica consiste na soma entre a capacidade técnica e o poder social, ou seja, “[...] autoridade é uma espécie particular de capital social.”

Figueiredo e Saldanha (2016, p. 4) esclarecem que o “[...] monopólio adquirido pelo cientista, detentor de autoridade, permite definir critérios para dizer o que é ou não científico, legitimando as pesquisas”. Assim, Gardner, Scherer e Tester (1989) afirmam que um cientista responsável, buscará uma “prosa desinteressada”, abordando todas as evidências e teorias a respeito de um determinado tema.

Bourdieu (1983, p. 124 apud FIGUEIEDO; SALDANHA, 2016, p. 4) observa que, para se alcançar êxito no objetivo do campo, as atividades científicas possuem “[...] todas as praticas orientadas para a aquisição de autoridade científica (prestígio, reconhecimento, credibilidade, etc.)”; Gardner, Scherer e Tester (1989), complementarmente, esclarecem que a autoridade científica esta relacionada diretamente a análise de uma evidência científica, sendo assim, avaliar se o argumento possui autoridade científica é fundamental e garante a sua legitimidade, um dos pontos fundamentais para a autoridade. Desse modo, segundo a

perspectiva de González de Gómez (2007), a aquisição de autoridade não se limita apenas ao reconhecimento dos pares e sim ao resultado das transformações que alteram a produção do conhecimento.

De acordo com Johnson (1997 apud FIGUEIEDO; SALDANHA, 2016), na sociologia a autoridade é definida e sustentada, pelas normas do sistema social, aceitas como legítimas pelos que participam dela. Neste conceito está presente a questão da legitimidade da informação definida por Cunha e Cavalcanti (2008) como uma forma de garantir a autenticidade de um determinado documento. Duranti (1994, p.41 apud SILVA, 2016, p. 6) afirma que a “[...] fidedignidade e a autenticidade dos documentos” eram preocupações centrais e como consequência documentos que possuíam essas qualidades eram considerados dignos de crédito.

A autoridade cognitiva, de acordo com as perspectivas de Figueiredo e González de Gómez (2011), remete ao termo “autoria” e está diretamente relacionada aos conceitos de legitimação da informação. Segundo Wilson (1983 apud PEREIRA, 2008), a autoridade cognitiva é o tipo de autoridade que influencia na forma como as pessoas pensam, acreditam ou compreendem as coisas, possui relação com a credibilidade.

Credibilidade, em conformidade com a concepção de Figueiredo e González de Gómez (2011), consiste na aceitação de uma determinada informação por parte do usuário, sendo que, para este, a informação seja válida; a definição é estabelecida de acordo com Terra e Sá (2012, p. 2) como uma “[...] propriedade objetiva da informação, associada à ideia de ‘qualidade’ dessa informação em termos de relevância, correção ou utilidade relativamente a um fim específico”; segundo Figueiredo e González de Gómez (2011, p. 92), a credibilidade é uma “[...] qualidade percebida que não se encontra no objeto ou na pessoa: o que deve se discutir é a percepção humana de avaliar a credibilidade de um objeto.”

A teoria de Wilson (1983 apud PEREIRA, 2008) explica que as pessoas constroem seus conhecimentos de duas formas, ou seja, por meio de conhecimento de primeira e segunda mão. O conhecimento de primeira-mão se baseia na própria experiência do sujeito, já o de segunda-mão é aquele conhecimento em que as pessoas aprendem por meio de outras. De acordo com González de Gómez (2007, p. 3), as informações que derivam dos conhecimentos das outras pessoas, “[...] são aceitas por nós com base na ‘autoridade cognitiva’ não só de uma testemunha, mas também de livros, artigos e outros registros e instrumentos que são ‘portavozes’ de seus autores.”

Wilson (1983 apud GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2007, p. 2) ressalta que essa autoridade refere-se a um “saber de segunda mão” que “[...] alimenta os fluxos correntes de informação e

os grandes e seculares repositórios de registros dos mais diversos e remotos saberes culturais, aos mais avançados conhecimentos científicos e tecnológicos.” Desse modo, esse conhecimento de segunda mão também se relaciona com o sentido de autoridade de experiência.

Complementarmente, o conhecimento de primeira mão é, de acordo com Figueiredo e González de Gómez (2011), aquele por meio do qual as pessoas adquirem de um estoque de ideias que foram adquiridas pelo indivíduo introspectivamente, levando-o a interpretar e conhecer o mundo e o conhecimento adquirido por meio das ideias e informações fornecidas por outros indivíduos ao decorrer de sua vida. Sendo assim a autoridade cognitiva é assim denominada, pois refere-se à influencia de pensamentos que as pessoas conscientemente se apropriam (RIEH, 2005).

Figueiredo e Saldanha (2016) afirmam que na indústria do conhecimento, a autoridade cognitiva não é atribuída somente a indivíduos, mas também as “autoridades institucionais”, como por exemplo: livros, organizações, instituições e etc. González de Gómez (2007, p. 2) afirma que essa autoridade consiste basicamente no “[...] saber produzido pelos outros.” Em conformidade com Wilson (1983, p. 18 apud FIGUEIREDO; GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2011, p. 91) essa autoridade não se limita apenas ao “[...] domínio da produção científica, mas se estende a todo tipo de área: moral, religiosa, política, estética, técnica, filosófica, e em áreas que possuam questões abertas indefinidamente.”

A credibilidade, de acordo com Figueiredo e González de Gómez (2011), tem inúmeras aplicações em disciplinas, como, por exemplo: “[...] a Ciência da Informação, comunicação, psicologia, sociologia, marketing, ciência da saúde e administração, além das abordagens interdisciplinares, como estudos de interação entre o homem e o computador.” Segundo Wilson (1983, p. 15 apud FIGUEIREDO; SALDANHA, 2016), a autoridade cognitiva credível possui como qualidade a confiabilidade. Cunha e Cavalcanti (2008) defendem, por exemplo, que o conceito de confiabilidade esta ligado ao “[...] grau de fidelidade de uma informação em relação à origem”. Para Fritch e Cromwell (2001, p. 501-503 apud TERRA; SÁ, 2012, p. 2) a autoridade cognitiva pode ser determinada com base em um modelo de quatro critérios, são eles:

- Competência do autor e confiabilidade: identificação da autoria e do autor, assim como suas credenciais (formação, dados biográficos, experiência, etc);

- Validade do documento: correção dos dados, citação das fontes, possibilidade de comprovação da informação, apresentação e formato da informação, correção gramatical, organização estrutural dos conteúdos;
- Afiliação evidente a uma instituição ou pessoa;
- Afiliação encoberta: identificação de ligações disfarçadas relativamente a uma instituição ou pessoa.

Portanto, os critérios de autoridade devem levar em consideração a questão da legitimidade do documento e a confiabilidade da informação. A autoridade cognitiva possui relação com a qualidade e com a relevância das informações na internet; já a credibilidade de documentos da web está relacionada ao tradicional método de identificação do autor e da autoria do documento (FRITCH; CROMWELL, 2001 apud TERRA; SÁ, 2012).

Em conformidade com González de Gómez (2011), as bibliotecas são instituições responsáveis pelo conhecimento e memória; elas não só compõem, preservam e disseminam os saberes culturais e a pesquisa científica, pois elas também são produtoras específicas de conhecimento e de informação, desse modo as

[...] tecnologias digitais, nômades e interativas podem alterar a atualidade e vigência dos formatos e conteúdos desse conhecimento informacional (ou meta-informacional), mas não a competência crítica e analítica de acompanhar, analisar, reconstruir os novos processos de produção, disseminação e apropriação dos conhecimentos, se exercidas suas competências de maneira crítica e inovadora. (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2011, p. 239).

Como a autoridade cognitiva, de acordo com Figueiredo e González de Gómez (2011, p. 92), é um critério para o julgamento da qualidade da informação, a sua contribuição se torna efetiva no momento da avaliação da “[...] fonte enquanto origem, verificando os tipos de autoria e suas afiliações, e reconhecer também as colaborações desenvolvidas em rede, por deferentes atores e autores, ‘autoridade epistêmica distribuída’.”

O termo “autoridade epistêmica distribuída” surge no texto *Novas configurações do conhecimento e validade da informação* de González de Gómez (2007, p. 9) após uma fundamentação teórica a respeito de autoridade epistêmica. Refere-se, portanto, “[...] as condições e possibilidades de articulação, social e epistêmica, das diferentes culturas de evidência que participam da produção de conhecimento em redes sociais e digitais.”

De acordo com Lemos (2005, p. 119), é importante verificar a origem do texto que está sendo consultado, assim como deve-se verificar quem é o responsável pela elaboração da

obra é importante priorizar a escolha de obras que são divulgadas por “[...] meios institucionais reconhecidos ou por pessoas que mereçam confiança”, pois não é raro encontrar informações disparadas e equivocadas.

## 5 APRESENTAÇÃO, ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS

### 5.1 Critérios de seleção e de autoridade

A presente análise visa responder os questionamentos realizados na introdução da pesquisa mediante a separação de três momentos, sendo estes representados em forma de quadro ao longo da análise, no primeiro e também no terceiro quadro será utilizado o símbolo **X** para indicar os elementos que não são apresentados por todos os autores, já o símbolo **✓** será utilizado para evitar que o mesmo termo seja repetido durante o quadro, ou seja, indica que o termo é convergente com o apresentado pelos demais autores.

O primeiro tópico está reservado para comparar os critérios de seleção presentes nas políticas de desenvolvimento de coleções do IBRAM com a do IBAMA intituladas respectivamente como: *Política de Acervamento da Biblioteca do IBRAM* e *Manual de Procedimentos para a organização e processamento técnico do acervo do Centro Nacional de Informação Ambiental (CNIA)*.

No segundo tópico estão resumidos todos os tipos de autoridade apresentados nessa pesquisa, dentre os quais os apresentados na literatura por Vergueiro (2010), as autoridades segundo as perspectivas epistêmicas, científicas e cognitivas e o conceito de autoridade apresentado na política do IBAMA, a única instituição analisada que considerou este critério. Já no terceiro tópico foram relacionados critérios de seleção presentes nas políticas – apresentados no quadro 1 –, que, de acordo com os argumentos expostos, a respeito dos critérios de seleção e de autoridade descritos na literatura e na análise – segundo quadro – podem ser considerados critérios de autoridade aplicáveis ao desenvolvimento de coleções.

#### 5.1.1 Critérios de seleção

Neste primeiro tópico, o objetivo é comparar os critérios de seleção apresentados nas políticas de desenvolvimento de coleções do IBRAM e do IBAMA. Em particular, foram considerados elementos em **relação ao usuário**, ou seja, quando o julgamento ocorre pelo ponto de vista da biblioteca a respeito das necessidades da comunidade usuária; em **relação ao documento**, onde o julgamento se dá pelo valor intrínseco da obra e, por fim, em **relação às características extrínsecas ao documento**. Esses três elementos são fundamentais para compor o critério de seleção este em conformidade com as perspectivas de Vergueiro (2010) e

Weitzel (2012). Sendo assim para a composição da presente análise será apresentado a seguir, à comparação dos critérios de seleção presentes nas políticas das instituições analisadas:

**Quadro 1 – Comparação de critérios de seleção entre o IBRAM e o IBAMA**

|   | Categories                         | IBRAM | Descrição na política  | IBAMA | Descrição na política  |
|---|------------------------------------|-------|--|-------|--|
| <b>RELAÇÃO COM O USUÁRIO</b>                    | Conveniência                       | ✓     | Obras editadas pelo IBRAM são inseridas no acervo.   | X     | X  |
|   | Idioma                             | ✓     | Prioridade para as línguas: Portuguesa, inglesa e espanhola.   | ✓     | Prioridade para as línguas: portuguesa, francesa, espanhola ou inglesa.  |
|   | Relevância/<br>Interesse           | ✓     | Os documentos devem ser analisados sob o aspecto da sua relevância técnico-científica, informativa e histórica.  | ✓     | Os documentos devem ser avaliados quanto a relevância técnico-científica, informativa e histórica, e contribuição ao desenvolvimento e à atualização do acervo.                              |
|   | Uso                                | ✓     | Avaliação do número de usuários potenciais.  | X     | X  |
| <b>CARACTERÍSTICA INTRÍSECAS DOS DOCUMENTOS</b> | Autoridade                         | X     | X  | ✓     | Do autor e/ou do editor: devem ser aceitas publicações editadas pelo IBAMA e órgãos já extintos, exceto publicações em formato preliminar.   |
|   | Disponibilidade                    | ✓     | Existência ou não da obra ou assunto na biblioteca ou em outras instituições.  | X     | X  |
|   | Assunto<br>Cobertura<br>Tratamento | ✓     | Devem estar de acordo com as áreas temáticas de interesse da biblioteca.   | ✓     | Devem estar de acordo com as áreas temáticas de atuação do IBAMA.  |
|   | Censura                            | X     | X  | ✓     | Não pode haver qualquer tipo de censura ao conteúdo dos documentos, respeitando assim o direito a liberdade de expressão.  |
|   | Originalidade                      | ✓     | Será permitida a incorporação ao acervo de cópias de qualquer tipo de material, desde que possam ser reproduzidas, conforme dispõe a legislação brasileira do direito autoral. | ✓     | Não permitirá a incorporação no acervo de cópias, que não possam ser reproduzidas legalmente.  |
|   | Formato                            | ✓     | Não existe restrição quanto ao formato das obras. A biblioteca está aberta para as inovações tecnológicas selecionando documentos nos mais diversos suportes.                  | ✓     | Não existe restrição ao formato das obras. Aconselha-se não adquirir obras em suportes ou versões que necessitam de equipamentos especiais, que não fazem parte do patrimônio da biblioteca. |
|   | Suporte                            | ✓     | Deve englobar não apenas obras convencionais, impressas, mas também em multimídia, que amplie a capacidade de acesso do usuário.   | X     | X  |

|  |                         |   |   |   |   |
|--|-------------------------|---|---|---|---|
| CARACTERÍSTICA EXTRÍNECAS DOS DOCUMENTOS | Multimeios              | ✓ | Fitas de vídeo, áudio, CD-ROM, etc. (até dois exemplares se justificada a relevância)                   | ✓ | Publicações do IBAMA - Fitas de vídeo, áudio, CD-ROM, DVD e outros suportes (um exemplar para o acervo)   |
|  | Periódicos              | ✓ | Em fascículos avulsos ou coleções que versem sobre meio ambiente, impressos ou gravados no estrangeiro. | ✓ | Publicações do IBAMA (um exemplar para a composição do acervo de periódicos).   |
|  | Livros                  | X | X   | ✓ | Publicações do IBAMA: devem-se adquirir dois exemplares.  |
|  | Folhas                  | ✓ | Papéis de comunicação imediata, originalmente soltos e esporádicos, impressos ou gravados.              | X | X   |
|  | Monografias             | ✓ | Até dois exemplares do mesmo título.  | ✓ | Publicações de outras instituições. Para compor o acervo geral ou o acervo de teses e dissertações (um exemplar caso o tema for de interesse do IBAMA).         |
|  | Características físicas | ✓ | Incorporação ao acervo de obras em boas condições físicas.  | X | X   |
|  | Aspectos especiais      | ✓ | Cartazes e folhetos, em até três exemplares desde que justificada a relevância.                         | ✓ | Folder/Folhetos/Cartilhas (Publicações do IBAMA), desde que contenham informações técnico-científicas ou sobre produtos fornecidos (um exemplar para o acervo). |
|  | Citação                 | ✓ | Citação do título em bibliografias, catálogos de editoras e índices especializados.                     | X | X   |
|  | Custo                   | X | X   | ✓ | Deve ser compatível com a expectativa de uso e corresponder aos valores praticados no mercado para obras similares.   |

Fonte: elaboração própria.

Nota-se grande similaridade entre os principais critérios presente no desenvolvimento de coleções das duas bibliotecas analisadas, sendo eles: a escolha de obras com base na originalidade, formato do documento, suporte (multimeios), assunto, idioma, relevância/interesse e aspectos especiais. Sendo assim não existe uma obrigatoriedade em se ter critérios iguais em todas as bibliotecas, pois estes variam de acordo com as necessidades de cada uma.

O fato de a biblioteca do IBRAM e do IBAMA possuírem critérios diferentes dos estabelecidos na literatura e/ou entre si, não os qualifica como errados; demonstra apenas a importância na adequação da biblioteca perante os critérios que serão usados para a seleção e posteriormente a aquisição de materiais de informação. Nessa direção, Vergueiro (2010) observa que a literatura pode apresentar uma série de critérios de seleção para auxiliar os bibliotecários na escolha daqueles mais adequados para sua instituição, mas tais aspectos teóricos não podem estabelecer a obrigatoriedade na escolha dos mesmos.



Desse modo, os bibliotecários escolhem o conjunto de critérios que será relevante para a efetuação do processo de seleção de uma determinada biblioteca. As bibliotecas possuem características importantes que contribuem para a formação de sua identidade, essas características estão explícitas na sua política. Durante a análise dos critérios de seleção da biblioteca do IBAMA foi possível identificar a prevalência de critérios para a aquisição de obras comerciais por meio de compra. Em relação ao IBRAM após a análise dos critérios e uma conversa com um dos funcionários do instituto, tem-se que os critérios de seleção dessa biblioteca estão mais voltados para a aquisição de obras por meio de doação, essas características influenciam diretamente em como ocorrerá à aquisição de obras e na definição dos critérios que melhor irão atender as necessidades da biblioteca.

Foi possível identificar uma série de critérios na política de desenvolvimento de coleções do IBRAM que diferentemente da política no IBAMA, foram estabelecidos com o intuito de selecionar obras dentre as doações realizadas, sendo assim, tem-se os critérios relativos à: citação, uso, periódicos, folhas e disponibilidade, voltados para uma necessidade específica da biblioteca do IBRAM. Conclui-se, com a apresentação desse quadro, que os critérios de seleção apresentados pelas duas políticas em sua grande parte são convergentes, mas não idênticos e variam conforme as diferentes necessidades de seleção presentes nas instituições.

Durante o levantamento e realização do Quadro 1 foi possível identificar que apenas o IBAMA possui critério de autoridade como uma das formas de seleção de materiais de informação. Para tanto, o Quadro 2 apresentará os tipos de autoridade considerados nesta pesquisa, não se limitando a conceituação do critério de autoridade encontrado na literatura do desenvolvimento de coleções, mas apresentando também outros conceitos de autoridades até então não apresentados na literatura biblioteconômica, esses outros conceitos do campo da ciência são propostos como uma forma de aprofundamento e especificação do termo para a área do desenvolvimento de coleções.

### 5.1.2 Tipos de autoridade

Esse segundo tópico foi responsável por identificar e comparar os critérios de autoridade apresentados durante a pesquisa, ou seja, apresenta os conceitos de autoridade no âmbito da literatura do desenvolvimento de coleções, os outros conceitos de autoridade propostos, dentre os quais o de autoridade epistêmica, cinética e cognitiva, de modo a

possibilitar a comparação com os critérios de autoridade que compõem a políticas analisadas, mais especificamente a política do IBAMA, uma vez que o IBRAM não possui critério de autoridade definido.

**Quadro 2 - Tipos de autoridade**

| <b>Tipos de autoridade</b>             | <b>Autor</b>   | <b>Citação</b>  | <b>Conceito</b>   |
|--|--|---|---|
| <b>Autoridade do autor e/ou editor</b> | Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis | (BRASIL, 2017, p. 34)   | A autoridade segundo determinações de autor e/ou editor para essa biblioteca consiste na seleção de publicações, de qualquer natureza, editadas pelo IBAMA ou por órgãos extintos, como por exemplo: o Sudhevea, Sudepe, IBDF e Sema; essas publicações são, obrigatoriamente, incorporadas ao acervo, com exceção das publicações no formato de versão preliminar. |
| <b>Autoridade</b>                      | Waldomiro Vergueiro  | (VERGUEIRO 2010, p.18)  | Os critérios de autoridade “[...] buscam definir a qualidade do material a partir da reputação de seu autor, editora ou patrimônio.”  |
| <b>Autoridade Epistêmica</b>           | Maria Néida González de Gómez  | (GONZÁLEZ DE GÓMEZ 2011, p. 229)                                  | Defende que cada um dos homens é “[...] dotado de autoridade epistêmica para o exercício crítico de sua racionalidade - o que diferenciaria os homens entre si é o exercício dessa competência.”  |
| <b>Autoridade Científica</b>           | Pierre Bourdieu  | (BOURDIEU, 1983, p. 126-127 apud FIGUEIREDO; SALDANHA, 2016, p.5) | “Bourdieu (1983) apresenta o conceito de ‘autoridade científica’ no livro ‘O campo científico’ em 1976 e o define como a soma da capacidade técnica com o poder social. Em sua visão o monopólio dessa autoridade no campo científico é o que está em jogo nas lutas e estratégias ocorridas dentro desse universo.”  |
| <b>Autoridade Cognitiva</b>            | Patrick Wilson   | (WILSON, 1983 apud FIGUEIREDO; SALDANHA, 2016, p. 9)              | “Wilson (1983) afirma que os modos de aquisição de conhecimento pelo homem ocorrem de duas maneiras, uma é a experiência adquirida através do uso de estoque de ideias, interpretando e compreendendo o mundo sozinho” e pelo conhecimento adquirido por meio de outras pessoas, chamado de “conhecimento de segunda mão”.  |

Fonte: elaboração própria.

Esse segundo quadro apresenta brevemente os tipos de autoridade apresentados durante a pesquisa. Sendo assim: a autoridade, sob a perspectiva do desenvolvimento de coleções, resume-se basicamente na seleção de obras com base na reputação do autor e/ou editor da publicação. No caso do IBAMA, esse critério é estabelecido como um meio de análise de documentos com base na reputação autoral, editorial e institucional. A questão da autoridade esta relacionada com o critério de seleção: relevância/interesse, no que diz respeito a essa política, pois só será incorporado ao acervo publicações que foram editadas pelo IBAMA, ou alguns órgãos já extintos, considerados pertinentes e dentro da temática da biblioteca.

A autoridade no âmbito do desenvolvimento de coleções consiste na busca de materiais de informação de qualidade, utilizando como critério, com certa preponderância, a reputação de seu autor ou editor (VERGUEIRO, 2010). No entanto, definir esse critério

simplesmente de acordo com a autoria do documento restringe todo o seu potencial; esse critério pode adotar outras perspectivas que demonstram a amplitude do tema e as diversas possibilidades de exaustividade da análise. Para demonstrar a relevância no aprofundamento do critério de autoridade foram incluídas na análise as perspectivas de autoridade epistêmica, científica e cognitiva, que até o momento não são consideradas no âmbito do desenvolvimento de coleções, ou seja, não são apresentadas na literatura biblioteconômica, que de certo modo embaza a realização das políticas nas instituições, e por esse motivo até o momento não são consideradas para o processo de seleção das bibliotecas.

A autoridade epistêmica consiste na relação entre pessoas racionais capazes de realizar exposições conceituais primárias e defender essas ideias. Essa autoridade é responsável por afirmar a confiabilidade da fonte, ou seja, trata-se em analisar as obras em busca de informações confiáveis de modo a disponibilizar ao usuário informações pertinentes e validas.

Autoridade científica refere-se ao campo científico onde o discurso é motivado por pensamentos epistêmicos da ciência. Está relacionada à autenticidade, credibilidade e legitimidade da informação. Já a autoridade cognitiva compreende conhecimento de primeira e segunda mão, de acordo com autores que complementam a ideia de Wilson possui grande relação com a questão da autoria. Esta relacionada à legitimidade, confiabilidade, validação, qualidade, relevância e credibilidade da informação.

Após essa breve apresentação dos conceitos e principais características de cada tipo de autoridade, o quadro 3 apresentará, com base na revisão de literatura e nos critérios de seleção, os critérios adotados pelas instituições que, sob as perspectivas consideradas a respeito do tema, podem ser considerados aspectos ou elementos de autoridade, de acordo com as perspectivas, epistêmicas, científicas e cognitivas.

### 5.1.2 Contribuições de tipos de autoridade

Com base nos elementos apresentados na análise – nos Quadros 1 e 2 – e durante a revisão de literatura é possível destacar que o critério de autoridade sob a perspectiva do desenvolvimento de coleções esta direcionado basicamente a questão da seleção de uma determinada obra com base na reputação autoral e/ou editorial e/ou de órgãos ou agências de fomento, como apresentado por acadêmicos de renome da área, como Miranda (2007), Vergueiro (2010) e Weitzel (2012). Porém, durante o levantamento teórico, foi possível apresentar uma série de novos conceitos de autoridade, apresentados em outras áreas do saber,

que não se limitam a esta simples possibilidade e, de certo modo, podem complementar e contribuir com o processo de seleção, sendo esses os conceitos de autoridade epistêmica, científica e cognitiva.

De acordo com o levantamento teórico realizado é evidente que para que se possa selecionar uma obra válida e relevante para o usuário deve-se estabelecer uma determinada quantidade de critérios que venha a tornar o processo o mais exaustivo possível. Desse modo, para essa etapa são elencados pelo profissional da informação uma série de diretrizes que garantam a fidedignidade, autenticidade, credibilidade, confiabilidade, legitimidade e relevância da informação para compor o acervo da instituição.

O Quadro 3 a seguir objetiva destacar as diretrizes estabelecidas pelas políticas de desenvolvimento de coleções do IBRAM e do IBAMA, assim como apresentar os elementos coletados durante a revisão de literatura que demonstrem a abrangência do termo “autoridade”, objetivando demonstrar que alguns dos critérios de seleção estabelecidos nas políticas se enquadram também como critérios de autoridade, algo, portanto, com alguma importância para a etapa de formação e desenvolvimento de coleções.

Sendo assim esse quadro é apresentado como uma proposta de outros conceitos de autoridade aplicáveis ao desenvolvimento de coleções, mas que até então não são utilizados nesse processo. Visa demonstrar como os critérios de autoridade apresentados no desenvolvimento de coleções podem englobar muitos outros aspectos no âmbito do processo de seleção de materiais informacionais em bibliotecas, para isso foi utilizado como parâmetro os outros conceitos de autoridade apresentados durante a revisão de literatura, que não são especificamente conceitos aplicados na área de desenvolvimento e formação de acervos, mas que uma vez considerados podem vir a complementar e enriquecer esse processo.

Como apresentado anteriormente o IBAMA possui o critério de autoridade determinado, porém limitado à seleção de acordo com a reputação do autor e/ou editor. Já o IBRAM não possui critério de autoridade descrito em sua política. Ao entrar em contato com a instituição foi obtida uma justificativa, na qual argumenta a desnecessidade de se incluir o critério, pois o acervo é composto em sua maioria por obras técnicas, produzidas ou entregues, por doação, ao instituto (BARQUETTE, 2017). Apenas uma pequena parte do acervo é composta por obras comerciais e, ainda assim, essas obras foram adquiridas por meio de doação, ou seja, o critério de autoridade nunca foi realmente utilizado, mas, segundo argumentado pela própria instituição, a política irá passar por uma possível atualização uma vez que, segundo o funcionário da biblioteca, esta sendo mapeada a “[...] necessidade (e

possibilidade) de aquisição de livros técnicos comerciais o que implicará, por conseguinte, na atualização da Política de Acervamento.” (BARQUETTE, 2017).

A seguir é exposto o quadro, onde é realizado o destaque de alguns critérios de seleção apresentados nas políticas e a sua respectiva relação com os critérios de autoridade epistêmico, científico e cognitivo.

**Quadro 3 – Relação entre categorias de autoridade identificadas na literatura e no IBAMA e no IBRAM e a incidência das autoridades epistêmica, científica e cognitiva**

| CATEGORIAS                      | INSTITUIÇÕES |       | ELEMENTOS DE AUTORIDADES: EPISTÊMICA, CIENTÍFICA E COGNITIVA |                               |   |
|---------------------------------|--------------|-------|--|-------------------------------|---|
|                                 | IBAMA        | IBRAM | Autoridade Epistêmica  | Autoridade Científica         | Autoridade Cognitiva                            |
| Autoridade de autor e/ou editor | ✓            | X     | X  | X                             | Legitimidade<br>Credibilidade<br>Confiabilidade |
| Qualidade técnica               | ✓            | X     | X  | X                             | Qualidade                                       |
| Relevância                      | ✓            | ✓     | X  | X                             | Relevância                                      |
| Originalidade                   | ✓            | ✓     | X  | Autenticidade<br>Legitimidade | X   |
| Formato                         | ✓            | ✓     | X  | X                             | Validação da informação                         |
| Uso                             | X            | ✓     | Confiabilidade da fonte                                      | X                             | Validação da informação                         |
| Citação                         | X            | ✓     | Confiabilidade da fonte                                      | X                             | Validação da informação                         |

Fonte: elaboração própria.

Nesse terceiro quadro estão destacados os critérios de seleção apresentados pelas duas instituições estudadas relacionados com elementos de autoridade epistêmica, científica e cognitiva encontrados durante a revisão de literatura. Esse quadro objetiva tornar possível o entendimento de como os critérios descritos nas políticas sob a perspectiva do desenvolvimento de coleções possuem relação com os outros conceitos de autoridade propostos na pesquisa, visa facilitar a visualização das contribuições que esses critérios de autoridade podem trazer para o âmbito do processo de seleção em bibliotecas. Para tanto, foi estabelecido, como recorte, os elementos que, depois de identificados no critério de seleção das instituições, possuem relação com esses outros critérios de autoridade e foram relacionados no campo “categorias”. A seguir foram elaboradas interpretações e relações a respeito do que foi apresentado no quadro dessa seção.

A autoridade epistêmica possui responsabilidade com a confiabilidade da fonte, ou seja, relação com as fontes de informação e a veracidade na composição de seus textos. As bibliotecas são procuradas por seus usuários e, de certo modo, proporcionar a eles alguma garantia de que as obras dispostas em seu acervo possuem informações confiáveis que podem ser referenciadas, citadas, usadas e tomadas como autênticas. Quando a biblioteca do IBRAM estabelece como critério de seleção a questão da citação e do uso da informação, pode se dizer que está se valendo de um elemento de autoridade epistêmica, ou seja, a confiabilidade da informação. Essa análise é fundamental para permitir um bom acervo para o usuário e deve ser utilizado antes da aquisição, de modo a garantir que não serão disponibilizadas aos usuários informações ilegítimas em relação à propriedade intelectual do autor.

A autoridade científica permite a definição de critérios que estabelecem o que é ou não científico, possibilitando, assim, uma forma de legitimação da pesquisa. A questão da legitimidade esta relacionada com a validação e a autenticidade da informação, uma vez que um documento só será realmente válido e autêntico se for legítimo. Segundo Cunha e Cavalcanti (2008), a legitimidade da informação é uma forma de garantir a autenticidade de um determinado documento.

Desse modo, a autenticidade é um meio de garantir a legitimidade da informação. As bibliotecas do IBRAM e do IBAMA estabelecem em seus critérios de seleção a questão da originalidade que sozinha não é capaz de definir se um documento é realmente válido, pois a originalidade não garante a legitimidade. Ainda assim, a originalidade da informação indica que um documento é autêntico; ao garantir a autenticidade de determinada informação o próximo passo é identificar a sua legitimidade. Deste modo, pode-se dizer que o critério de seleção “originalidade” é um critério de autoridade que, de certo modo, vem a garantir a legitimidade que é uma forma de garantir a autenticidade da informação.

Segundo a perspectiva da autoridade cognitiva, a legitimidade da informação está intimamente relacionada à questão da autoria, como afirma Figueiredo e González de Gómez (2011); na política do IBAMA esse critério aparece de forma convergente, ou seja, a questão da legitimidade segundo a autoridade cognitiva possui relação direta com a definição de autoridade disposta pelo desenvolvimento de coleções. Mas a autoridade cognitiva não se resume a apenas esse critério, pois possui também relação com a credibilidade do documento, informação compartilhada por Wilson (1983 apud PEREIRA, 2008). A credibilidade de documentos está relacionada ao tradicional método de identificação do autor e da autoria do documento (FRITCH; CROMWELL, 2001 apud TERRA; SÁ, 2012).

Autoridade cognitiva credível esta direcionada a confiabilidade do documento, sendo que essa esta ligada ao grau de fidelidade de uma informação em relação à sua origem (CUNHA; CAVALCANTI, 2011). A autoridade cognitiva quando determinada com base na “competência do autor e confiabilidade” estabelecida por Fritch e Cromwell (2001, p. 501-503 apud TERRA; SÁ, 2012, p. 2) possui relação com a identificação da autoria e do autor, assim como suas credenciais a fim de garantir se a informação é ou não confiável e válida, ou seja, a questão da legitimidade, credibilidade e confiabilidade dão elementos que possibilitam uma análise autoral.

Ainda sob a perspectiva da autoridade cognitiva credível, para que se garanta a validade do documento é necessário estar atento a “[...] correção dos dados, citação das fontes, possibilidade de comprovação da informação, apresentação e formato da informação, correção gramatical, organização estrutural dos conteúdos.” (FRITCH; CROMWELL, 2001, p. 501-503 apud TERRA; SÁ, 2012, p. 2).

O IBRAM possui como critério de seleção a questão da citação das fontes, podendo esse critério ser também um elemento de autoridade epistêmica relacionado à confiabilidade da fonte, ou seja, esse critério visa comprovar e validar uma determinada informação com base em aspectos que comprovem de certo modo que as informações contidas nos documentos são realmente confiáveis. É estabelecido também por Fritch e Cromwell (2001, p. 501-503 apud TERRA; SÁ, 2012, p. 2) a questão do formato do documento, sendo esse um elemento importante apresentado como critério de seleção pelas duas instituições e que de certo modo se caracteriza como decisório e uma das formas de validação da informação contida na biblioteca.

A autoridade cognitiva possui relação também com a questão da qualidade e relevância da informação. De acordo com Figueiredo e González de Gómez (2011), essa autoridade consiste em um critério para o julgamento da qualidade da informação. Assim, a sua contribuição se torna efetiva no momento da avaliação da fonte, verificando os tipos de autoria e suas afiliações. Desse modo, essa autoridade possui relação com a qualidade e com a relevância das informações.

A biblioteca do IBAMA apresenta como critério de seleção a questão da qualidade técnica; já a relevância é um critério de seleção apresentado nas duas instituições. Esses dois elementos também se enquadram sob a perspectiva da autoridade cognitiva, uma vez que para a seleção de obras é importante garantir a qualidade da informação que será disponibilizada assim como a sua relevância no acervo.

Conforme descrito e apresentado no terceiro quadro entende-se que um dos principais objetivos das autoridades epistêmica, científica e cognitiva esta relacionado com elementos que estabeleçam a validação da informação disponível de modo à garantir a coerência, relevância e qualidade do acervo, partindo dos princípios abrangentes da confiabilidade, legitimidade, autenticidade e credibilidade. Desse modo, entende-se que essas autoridades possuem um sentido mais amplo e que de certo modo abarcam uma maior possibilidade de análises, tornando o critério de seleção ainda mais complexo, facilitando o reconhecimento e seleção das obras que devem ser adquiridas pelas instituições. Esses critérios de autoridade possibilitam uma análise mais ampla e aprofundada dos documentos, caracterizando, portanto, uma grande melhoria no processo de seleção de obras.

Visando a contribuição com o processo de seleção realizado no IBAMA, no IBRAM e em instituições congêneres, estão reunidos a seguir elementos encontrados ao decorrer dessa análise que podem contribuir/complementar o atual processo de seleção encontrado no âmbito do desenvolvimento de coleções de bibliotecas:

- Elementos de autoridade complementares: autenticidade, confiabilidade, credibilidade e legitimidade da informação.

São assim considerados, pois uma vez que não estão presentes na política de seleção como parte dos critérios estabelecidos pelas instituições, podem ser incorporados como uma forma complementar ao já utilizado critério de autoridade de acordo com a autoria dos documentos.



## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Indagações a respeito da importância do detalhamento dos critérios de autoridade nas políticas levam a refletir como outros conceitos de autoridade podem contribuir para o processo de seleção em bibliotecas especializadas. Para isso foi realizado um levantamento teórico, para além dos estudos em desenvolvimento de coleções, tradicionais para o campo biblioteconômico, considerando, complementarmente, os temas de autoridade epistêmica, científica e cognitiva.

Diante da compilação teórica realizada a respeito dos tipos de autoridade citados é possível entender que é importante estabelecer os critérios de autoridade nas políticas de acordo com as perspectivas epistêmicas, científicas e cognitivas, aonde o critério de autoridade vai além da simples seleção de acordo com a reputação do autor e/ou editor, ou da reputação de instituições de financiamento e apoio, apresentada na literatura e que são comumente adotadas por profissionais da informação. Deve-se, portanto, considerar no critério de autoridade toda uma nova fundamentação das configurações do conhecimento, assim como uma mudança no papel das autoridades perante o processo de validação da informação, de modo que esse venha a abarcar também a questão da autenticidade, confiabilidade, credibilidade, fidedignidade e legitimidade da informação.

O critério de autoridade faz parte dos critérios de seleção, porém sozinho não é capaz de proporcionar a seleção adequada da coleção especializada, pois para essa etapa do desenvolvimento de coleções é necessária uma série de diretrizes que estabeleçam elementos em relação ao usuário, quando o julgamento ocorre pelo ponto de vista da biblioteca, em relação ao próprio documento, quando o julgamento se dá pelo valor intrínseco da obra, e em relação às características extrínsecas ao documento. O conjunto dessas necessidades de “julgamento” compõe parte significativa dos critérios de seleção. Essas informações estão presentes na revisão de literatura em conformidade com os dados apresentados no primeiro quadro.

Observou-se desde a fundamentação teórica que os critérios de seleção não seguem uma regra. De acordo com Vergueiro (2010), pode-se até fornecer uma série de sugestões a respeito desses critérios, mas cabe à biblioteca definir quais os critérios mais relevantes a serem adotados para o processo de seleção do seu acervo. No caso do IBRAM foi estabelecido a não utilização do critério de autoridade (por ora), uma vez que quando a política foi elaborada e formalizada não havia a necessidade de se selecionar documentos

segundo a perspectiva desse critério. Isso porque argumentou que a biblioteca não adquire usualmente documentos de forma comercial, ou seja, por compra. Ainda assim, a biblioteca esta passando por mudanças e futuramente poderá incluir o critério autoridade de acordo com a necessidade apresentada (BARQUETTE, 2017).

Em contra partida a essa resposta foram identificados e destacados durante a análise alguns critérios de seleção indicados pelas bibliotecas especializadas do IBRAM e do IBAMA que se adequam as perspectivas encontradas no referencial teórico a respeito das autoridades epistêmica, científica e cognitiva; com base nessa semelhança foram estabelecidos no terceiro quadro desse trabalho a abrangência desses termos e a relevância na adoção dos mesmos por parte das bibliotecas.

A fundamentação teórica não foi baseada apenas nas teorizações dos critérios de seleção e nos tipos de autoridade, por mais que o objetivo fosse propor os novos conceitos de autoridade; sendo assim, a fim de identificar os critérios de autoridade para a realização de seleção de materiais de informação em bibliotecas especializadas com a temática em meio ambiente, foram apresentados no levantamento teórico à conceituação dos temas: biblioteca temática, biblioteca especializada, política de desenvolvimento de coleções, critérios de seleção e critérios de autoridade.

A coleta de dados foi realizada por meio da análise nas respectivas políticas a fim de identificar os critérios de seleção e de autoridade existentes e comparar com os apresentados no referencial teórico. Desse modo, a pesquisa foi realizada com base em métodos de natureza qualitativa, bibliográfica e documental. Com a utilização dessas abordagens foi possível concluir a importância dos detalhamentos dos critérios de autoridade no âmbito dos processos de seleção em bibliotecas especializadas e, conseqüentemente, a sua relevância e abrangência no processo de desenvolvimento de coleções, como forma de validação da informação e complementação desse processo.

Foi possível apresentar durante o presente trabalho outros conceitos de autoridade, o que possibilitou a comparação desses com os critérios estabelecidos na política de desenvolvimento de coleções do IBAMA e do IBRAM. As duas políticas possuem os critérios de seleção estabelecidos o que possibilitou a comparação para o uso posterior em outra etapa da análise.

Os critérios de seleção apresentam, em ambas as políticas, elementos de autoridade quando pensado sob a perspectiva da autoridade epistêmica, científica e cognitiva. O processo é realizado de forma a garantir a melhor seleção das obras, portanto, quanto mais exaustivo esse critério for maior a chance de se adquirir materiais de informação de qualidade, válidos,

relevantes, confiáveis, que possuam credibilidade e legitimidade, tornando assim a formação do acervo o mais coerente e relevante possível.

Por fim e durante a análise foi possível identificar elementos de autoridade complementares aos apresentados atualmente na área, com vistas a contribuir com o processo de seleção realizado nas bibliotecas especializadas do IBAMA e do IBRAM, algo que pode trazer contribuições para bibliotecas congêneres.

Os elementos complementares ao critério de autoridade de ambas as instituições devem se estender ao julgamento do material de informação de acordo com a reputação do autor e/ou editor e voltar-se para a procura de elementos que validem os documentos por meio da autenticidade, confiabilidade, credibilidade, qualidade, relevância e legitimidade da informação, tornando, portanto, esse processo mais completo e preciso.

Esta pesquisa, no sentido de delimitação e proposta de novos temas, apresenta outros conceitos de autoridade que podem, com base em análise, serem incorporados posteriormente no âmbito do desenvolvimento de coleções em bibliotecas especializadas, de modo a melhorar esse processo. Espera-se que possa abrir caminho para futuros estudos sobre a complementação e especificação dos critérios de autoridade no sentido epistêmico e científico aplicados no âmbito do desenvolvimento de coleções, assim como ampliar os estudos a respeito dos critérios de seleção.

Ao apresentar a proposta de incorporação de critérios que envolvem as autoridades epistêmicas, científicas e cognitivas para a realização da seleção de materiais de informação em bibliotecas especializadas, espera-se que as informações apresentadas a respeito desse tema sirvam como literatura para assuntos correlatos, visto que a produção acadêmica acerca do assunto em língua portuguesa é escassa. Assim espera-se futuramente torna-se um ponto de partida, uma motivação ou uma espécie de explicação preliminar para a idealização de projetos semelhantes.

## REFERÊNCIAS

ALLEGRETTI, A. **Explicando o meio ambiente**. Rio de Janeiro: Memory, 2001.

ALVARENGA, L. A teoria do conceito revisitada em conexão com ontologias e metadados no contexto das bibliotecas tradicionais e digitais. **DataGramZero**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 6, p. 0-1001, 2009. Disponível em: <<http://basessibi.c3sl.ufpr.br/brapci/index.php/article/view/0000001252/fd43bb9f0bbb0ba13e0ae173e5695232>>. Acesso em: 25 fev.2017.

ANDRADE, R. L. V.; ARAÚJO, W. J. Política de Desenvolvimento de Coleções em Bibliotecas Digitais: relato de experiência. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA, DOCUMENTAÇÃO E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 25., 2013, Florianópolis. **Anais do Congresso Brasileiro de Biblioteconomia, Documentação e Ciência da Informação - FEBAB**. Florianópolis: CBBDD. 2013. p. 1338-1348. Disponível em: <<https://anaiscbbd.emnuvens.com.br/anais/article/view/1351>>. Acesso em: 25 set. 2016.

ANNA, J. S. Desenvolvimento de coleções no sistema de bibliotecas da UFES: comparativo entre os modelos teóricos de Evans e Baughman e proposta de adequação ao modelo de Evans. **Biblionline**, v. 12, n. 2, 2016. Disponível em: <<http://basessibi.c3sl.ufpr.br/brapci/v/a/20158>>. Acesso em: 07 jul 2017.

ARAÚJO, B. C. Bibliotecas temáticas da cidade de São Paulo. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA, DOCUMENTAÇÃO E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, v. 25, 2013, Florianópolis. **Anais do Congresso Brasileiro de Biblioteconomia, Documentação e Ciência da Informação-FEBAB**. Florianópolis: CBBDD. 2013. p. 691-706. Disponível em: <<https://anaiscbbd.emnuvens.com.br/anais/article/view/1279>>. Acesso em: 01 abr. 2017.

ARAUJO, S. A. A construção de uma política de desenvolvimento de coleções: o gerenciamento dos bibliotecários na política de acervo na unama. **Múltiplos Olhares em Ciência da Informação**, v. 3, n. 2, 2013. Disponível em: <<http://basessibi.c3sl.ufpr.br/brapci/v/a/21326>>. Acesso em: 07 Jul 2017.

BARQUETTE, Y. Critérios de Seleção [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <erika-tinoco@outlook.com> em 30 jun 2017.

BARQUETTE, Y. Serviços da Biblioteca [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <erika-tinoco@outlook.com> em 30 jun 2017.

BERTAGNOLLI, S. C. et al. Bibliotecas digitais integradas a ambientes virtuais de aprendizagem. In: **Revista Novas Tecnologias na Educação**, Porto Alegre, v. 5, n. 2, 2007. Disponível em: <<http://www.seer.ufrgs.br/renote/article/view/14247>>. Acesso em: 25 fev. 2017.

BILAWAR, M. P. B. Special Library: A Gigantic Information Centre for Specials. In: **American International Journal of Research in Humanities, Arts and Social Sciences**, v. 23, n. 228, p. 134-140, 2013. Disponível em: <<http://iasir.net/AIJRHASSpapers/AIJRHASS13-228.pdf>>. Acesso em: 25 fev. 2017.

BRANCO, S. M. **Ecologia**: educação ambiental: ciência do ambiente para universitários. São Paulo: CETESB, 1980.

BRANCO, S. M. **Meio ambiente em debate**. São Paulo: Moderna, 1997.

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais**: Ciências Naturais, Brasília: Ministério da Educação, 1997. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro04.pdf>>. Acesso em: 01 abr. 2017.

BRASIL. **Manual de procedimentos para organização e processamento técnico do acervo do Centro Nacional de Informação Ambiental (CNIA)**. Brasília: IBAMA, 2017.

BRASIL. **Manual do setor de referência do CNIA**. Brasília: IBAMA, [2017?].

BUTLER, P. **Introducción a la biblioteconomia**. México: Libreria Carlos Cesarman, 1971.

CARDOSO, P. et al. Biblioteca de referências neab-udesc: área temática: educação. In: **Seminário de Extensão Universitária da Região Sul**. Florianópolis. 2013. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/116941>>. Acesso em: 07 abr. 2017.

CARVALHO, L.B. **Dicionário Larousse de língua portuguesa**. São Paulo: Lafonte. 2009.

CUNHA, M. B. Das bibliotecas convencionais às digitais: diferenças e convergências. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 13, n. 1, p. 2-17, 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pci/v13n1/v13n1a02>>. Acesso em: 25 fev. 2017.

CUNHA, M. B. **Para saber mais**: fontes de informação em ciência e tecnologia. Brasília: Briquet de Lemos, 2001.

CUNHA, M. B.; CAVALCANTI, C. R. O. **Dicionário de biblioteconomia e arquivologia**. Brasília: Briquet de Lemos, 2008.

DIAS, G. D.; SILVA, T. E.; CERVANTES, B. M. N. Política de desenvolvimento de coleções para documentos eletrônicos: tendências nacionais e internacionais. **Encontros Bibli**: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação, v. 17, n. 34, p. 42-56, 2012. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/viewFile/1518-2924.2012v17n34p42/22652>>. Acesso em: 25 nov. 2016.

DISTRITO FEDERAL. **Manual de procedimentos**. Brasília: IBRAM, 2016.

DISTRITO FEDERAL. **Política de acervamento da biblioteca do IBRAM**. Brasília: IBRAM, 2016.

DUARTE, O. O. **Dicionário Enciclopédico Inglês – Português de Geofísica e Geologia**. Rio de Janeiro: SBGF, 2007.

DULLEY, R. D. Noção de natureza, ambiente, meio ambiente, recursos ambientais e recursos naturais. **Agricultura em São Paulo**, São Paulo, v. 51, n. 2, p. 15-26, 2004. Disponível em: <<http://www.ifcursos.com.br/sistema/admin/arquivos/06-51-38-artigo0nocoedenaturezaeambiente.pdf>>. Acesso em: 20 mar. 2017.

EDUVIRGES, J. R. O processo de formação e desenvolvimento de coleções da Biblioteca Central da Universidade Estadual do Piauí. **Múltiplos Olhares em Ciência da Informação**.

v. 3, n. 2, 2014. Disponível

em:<<http://rabci.org/rabci/sites/default/files/artigo%20de%20Desenvolvimento%20de%20cole%C3%A7%C3%B5es.pdf>>. Acesso em: 31 mai. 2017.

EVANS, G. E. **Developing Library Collections**. Littleton: Libraries Unlimited, 1979.

FARIA, M. I.; PERICÃO, M. G. **Dicionário do livro: da escrita ao livro eletrônico**. São Paulo: Edusp, 2008.

FIGUEIREDO, M. F.; GONZÁLEZ DE GÓMEZ, M. N. Relações ou semelhanças de família em critérios utilizados para jultamento de informações na web. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 12, 23 – 26 out. 2011, Brasília: **Anais do XII ENANCIB**. 2011. P. 88-103. Disponível em:<<http://200.20.0.78/repositorios/handle/123456789/1168>>. Acesso em: 20 mar. 2017.

FIGUEIREDO, M. F.; SALDANHA, G. S. Notas sobre autoridade epistêmica: entre Pierre Bourdieu e Patrick Wilson. In: **Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação**, v. 17, 2016. Disponível em: <<http://www.ufpb.br/evento/lti/ocs/index.php/enancib2016/enancib2016/paper/viewFile/3956/2227>>. Acesso em: 20 mar. 2017.

FIGUEIREDO, N. M. **Metodologias para a promoção do uso da informação: técnicas aplicadas particularmente em bibliotecas universitárias e especializadas**. São Paulo: Nobel, 1991.

FIGUEIREDO, N. M. **Metodologias para avaliação de coleções; incluindo procedimentos para revisão, descarte e armazenamento**. Brasília: CNPq; IBICT, 1984.

FIGUEIREDO, N. M. **Desenvolvimento e avaliação de coleções**. Brasília: Thesaurus, 1998.

FONSECA, E. N. **Introdução à biblioteconomia**. Brasília: Briquet de Lemos Livros, 2007.

FORNARI NETO, E. **Dicionário Prático de Ecologia**. Brasília: Cedil, 1992.

FOSKETT, A. C. **A abordagem temática da informação**. São Paulo, SP: Polígono, 1973.

GARCEZ, E. M. S.; RADOS, G. J. V. Biblioteca híbrida: um novo enfoque no suporte à educação a distância. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 31, n. 2, p. 44-51, 2002. Disponível em:<<http://www.scielo.br/pdf/%0D/ci/v31n2/12907.pdf>>. Acesso em: 26 nov. 2016.

GARDNER, W.; SCHERER, D.; TESTER, M. Asserting scientific authority: Cognitive development and adolescent legal rights. **American Psychologist**, v. 44, n. 6, p. 895, 1989.

GHIGGI, G. Paulo Freire e o conceito de autoridade em programas de formação de professores. **Currículo sem Fronteiras**, v. 1, n. 2, p. 151-170, 2001. Disponível em: <<http://www.curriculosemfronteiras.org/vol1iss2articles/ghiggi.pdf>>. Acesso em: 08 mar. 2017.

GODOY, A. S. A pesquisa qualitativa e sua utilização em administração de empresas. **Revista de Administração de Empresas**, v. 35, n. 4, p. 65-71, 1995. Disponível em:<[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-75901995000400008&script=sci\\_abstract&tlng=es](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-75901995000400008&script=sci_abstract&tlng=es)>. Acesso em: 20 fev. 2017.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, M. N. A universidade e a "sociedade da informação". In: **Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação – RDBCI**, v.9, n.1,2011, p. 225 – 242. Disponível em:

<<http://repositorio.ibict.br/bitstream/123456789/115/1/GONZALEZDEGOMEZRDBCI2011.pdf>>. Acesso em: 01 mar. 2017.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, M. N. Novas configurações do conhecimento e validade da informação. In: **Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação**, Salvador, v. 7, 2007. Disponível

em:<<http://repositorios.questoesemrede.uff.br/repositorios/handle/123456789/24>>. Acesso em: 01 abr. 2017.

GREGORY, V. L. **Collection Development and Management for 21st Century Library Collections**: an introduction. New York: Neal-Schuman Publishers. 2011.

GÜNTHER, H. Pesquisa qualitativa versus pesquisa quantitativa: esta é a questão. **Psicologia: teoria e pesquisa**, v. 22, n. 2, p. 201-210, 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/%0D/ptp/v22n2/a10v22n2.pdf>>. Acesso em: 25 abr. 2017.

IAHN, L. F.; BENTES, R. F.; CONSTA, S. **A implantação de uma Biblioteca Digital: uma solução para acesso distribuído**. 2009. Disponível

em:<[http://s3.amazonaws.com/academia.edu.documents/3244508/1352009180149.pdf?AWSAccessKeyId=AKIAIWOWYYGZ2Y53UL3A&Expires=1490667072&Signature=xmSDdMM%2BmaDHw2%2FO%2FWlkaQO0CKs%3D&response-content-disposition=inline%3B%20filename%3DA\\_Implantacao\\_De\\_Uma\\_Biblioteca\\_Digital.pdf](http://s3.amazonaws.com/academia.edu.documents/3244508/1352009180149.pdf?AWSAccessKeyId=AKIAIWOWYYGZ2Y53UL3A&Expires=1490667072&Signature=xmSDdMM%2BmaDHw2%2FO%2FWlkaQO0CKs%3D&response-content-disposition=inline%3B%20filename%3DA_Implantacao_De_Uma_Biblioteca_Digital.pdf)>. Acesso em: 25 fev. 2017.

KAHLMAYER-MERTENS, R. S. et al. **Como elaborar projetos de pesquisa**: linguagem e método. Brasília: FGV, 2007.

KOONTZ, C.; GUBBIN, B. **Diretrizes da IFLA para bibliotecas públicas**. Brasília: Briquet de Lemos, 2012.

KRIEGER, M. G. et al. **Dicionário de Direito Ambiental**: terminologia das leis do meio ambiente. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1998.

LEMO, A. A. B. Bibliotecas. In: CAMPELLO, B. S.; CALDEIRA, P. T (Coord.). **Introdução às fontes de informação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

LEROUX, E. Bibliotecas virtuais e desenvolvimento de coleções: o caso dos repertórios de sites Web. In: **Encontros Bibli: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação**, Florianópolis, n. 23, 2007. Disponível em:

<<https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/viewArticle/316>>. Acesso em: 25 set. 2016.

LIMA, R. C M.; FIGUEIREDO, N. M. Seleção e aquisição: da visão clássica à moderna aplicação de técnicas bibliométricas. **Ciência da informação**, Brasília, v. 13, n. 2, 1984. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/202>>. Acesso em: 25 fev. 2017.

LITTON, G. **La Biblioteca Especializada**. Buenos Aires: Bowker, 1974.

LOURENÇO, N. **Identificação de critérios de seleção para a área do Direito em bibliotecas universitárias**. 2012. 96 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade de Brasília, Faculdade de Ciência da Informação, Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação,

2012. Disponível em: <<http://repositorio.unb.br/handle/10482/11192>>. Acesso em: 25 abr. 2017.

MACHADO, P. A. L. **Direito Ambiental Brasileiro**. São Paulo: Malheiros, 2009.

MACIEL, A. C.; MENDONÇA, M. A. R. **Bibliotecas como organizações**. Rio de Janeiro: Intertexto, 2006.

MARTINS, H. H. T.S. Metodologia qualitativa de pesquisa. **Educação e pesquisa**, v. 30, n. 2, p. 289-300, 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ep/v30n2/v30n2a07/pdf>>. Acesso em: 25 mar. 2017.

MATTOS, A. M. ; DIAS, E. J. W. Desenvolvimento de coleções em bibliotecas universitárias: uma abordagem quantitativa. In: **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 14, n. 3, p. 38-60, 2009. Disponível em: <<http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/view/214>>. Acesso em: 25 fev. 2017.

MCGARRY, K. **O contexto dinâmico da informação**. Brasília: Briquet de Lemos Livros, 1999.

MEIRELLES, R. F.; ODDONE, N.; MELO, B. A. Bibliotecas Virtuais Temáticas do IBICT: avaliação da usabilidade e da legibilidade. In: **Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação**, 6.: 2005 : Florianópolis, Anais do VI ENANCIB. Florianópolis: UFSC, 2005. Disponível em: <<http://repositorio.ibict.br/handle/123456789/312>>. Acesso em: 27 mai. 2017.

MELLO, M. L. ; CAMPOS, A. A. B T. **A experiência da biblioteca temática de contos de fadas e do centro de formação para contadores de histórias**, [2007?]. Disponível em: <[http://alb.org.br/arquivo-morto/edicoes\\_anteriores/anais17/txtcompletos/sem01/COLE\\_3187.pdf](http://alb.org.br/arquivo-morto/edicoes_anteriores/anais17/txtcompletos/sem01/COLE_3187.pdf)>. Acesso em: 01 abr. 2017.

MILANESI, L. **O que é biblioteca**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

MIRANDA, A. C. C. **Formação e desenvolvimento de coleções em bibliotecas especializadas**. 2007. Disponível em: <<http://search.proquest.com/docview/1493902752/5017957871D14E79PQ/5?accountid=26646>>. Acesso em: 12 jun. 2017.

MIRANDA, A. C. C. Desenvolvimento de coleções em bibliotecas universitárias. **RDBCI: Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, São Paulo, v. 4, n. 2, p. 1-19, 2007. Disponível em: <<http://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rdbci/article/view/2018>>. Acesso em: 25 fev.2017.

MOREIRA, S.V. Análise documental como método e como técnica. In: DUARTE, Jorge; BARROS, Antonio (Org.). **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. São Paulo: Atlas, 2010. p. 269-279.

NEVES, J. L. Pesquisa qualitativa: características, usos e possibilidades. **Caderno de pesquisas em administração**, São Paulo, v. 1, n. 3, p. 2, 1996. Disponível em: <[http://s3.amazonaws.com/academia.edu.documents/34607124/pesquisa\\_qualitativa\\_caracteri](http://s3.amazonaws.com/academia.edu.documents/34607124/pesquisa_qualitativa_caracteri)



sticas\_usos\_e\_possibilidades.pdf?AWSAccessKeyId=AKIAIWOWYYGZ2Y53UL3A&Expires=1501192437&Signature=QI9fReyxjlySpRJ%2F97emw5p2%2BjY%3D&response-content-disposition=inline%3B%20filename%3DPESQUISA\_QUALITATIVA\_CHARACTERISTICA\_S\_USO.pdf>. Acesso em: 25 mar. 2017.

OHIRA, M. L.B.; PRADO, N. S. Bibliotecas virtuais e digitais: análise de artigos de periódicos brasileiros (1995/2000). In: **Ciência da Informação**, Brasília, v. 31, n. 1, p. 61-74, 2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ci/v31n1/a07v31n1>>. Acesso em: 25 de fev. 2017.

OLIVEIRA, M. **Ciência da Informação e Biblioteconomia**: novos conteúdos e espaços de atuação. Belo Horizonte: UFMG, 2005.

PELLEGRINI FILHO, A. **Dicionário Enciclopédico de Ecologia e Turismo**. São Paulo: Manole, 2000.

PEREIRA, R. **Folkauthority**: a aplicação do conceito de autoridade cognitiva por meio de folksonomia. 2008, 161 f. Tese (Mestrado em Ciência da Computação) - Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2008. Disponível em: <<http://www.din.uem.br/pos-graduacao/mestrado-em-ciencia-da-computacao/arquivos/dissertacoes-1/Roberto%20Pereira.pdf>>. Acesso em: 01 abr. 2017.

PRADO, H. A. **Organização e administração de bibliotecas**. São Paulo: T.A. Queiroz, 2003.

QUEIROZ, L. R.S. Pesquisa quantitativa e pesquisa qualitativa: Perspectivas para o campo da etnomusicologia. **Claves**, n. 2, 2006. Disponível em: <<http://www.ies.ufpb.br/ojs/index.php/claves/article/viewFile/2719/2324>>. Acesso em: 25 mar. 2017.

RAMPAZZO, L. **Metodologia científica**: para alunos dos cursos de graduação e pós-graduação. 3. ed. São Paulo: Loyola. p.141, 2005.

RESCHER, N. **Epistemological Studies**. Walter de Gruyter, 2009.

RIEH, S. Y. Cognitive Authority. In: FISHER, K.E.; ERDELEZ, S.; McKECHNIE, L. **Theories of Information Behaviour**. Medford: Information Today, 2005. Disponível em: <[http://rieh.people.si.umich.edu/papers/rieh\\_IBTheory.pdf](http://rieh.people.si.umich.edu/papers/rieh_IBTheory.pdf)>. Acesso em: 07 abr 2017.

ROCHA, A. J. A; NAVES, M. A; SOUZA, J. C. **Guia do Meio Ambiente**: coletânea de temas. Brasília: Tablóide. 1992.

ROCHA, J. S. M. **Educação Ambiental Técnica para os Ensinos Fundamental, médio e Superior**: (Antigos 1º, 2º e 3º Graus). Brasília: ABEAS, 2001.

RODRIGUES, E. Bibliotecas virtuais e cibertecários. In: **Seminário: As universidades e os novos serviços de informação eletrônica em rede**, Braga, 1995. Disponível em: <<https://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/423>>. Acesso em: 25 fev. 2017.

RODRIGUES, E. ; CARVALHO, J. **Gestão e organização da coleção digital**. Lisboa: Bibliotecabe, 2013. Disponível em: <[http://www.rbe.min-edu.pt/np4/file/871/be\\_rbe\\_3.pdf](http://www.rbe.min-edu.pt/np4/file/871/be_rbe_3.pdf)>. Acesso em: 20 abr. 2017.

ROMERO, J. P. **Dicionário Agrícola Ceres**: agronomia século XXI. São Paulo: Agronômica Ceres, 2006.

ROMERO, M. A. **Aspectos Jurídicos**: concernentes ao uso e preservação do meio ambiente. João Pessoa: São Severino, 1995.

SÁNCHEZ VIGNAU, B. S. ; PRESNO QUESADA, I. L. Collection Development in a digital environment: an imperative for information organizations in the twenty-first century. **Collection building**, v. 25, n. 4, p. 139-144, 2006. Disponível em: <<http://www.emeraldinsight.com/doi/full/10.1108/01604950610706005>>. Acesso em: 08 mai. 2017.

SANTOS, A. C.G.; NASCIMENTO, A .V. **Desenvolvimento de coleções em Bibliotecas Universitárias**: o caso dos repositórios institucionais. In: Seminário Nacional de Bibliotecas Universitárias, v. 17, 2012. Disponível em: <<http://repositorio.ufc.br/handle/riufc/5780>>. Acesso em: 01 mar. 2017.

SANTOS, C. M.; ASSUNÇÃO, S. S. Biblioteca digital: uma evolução da biblioteca convencional. **Múltiplos Olhares em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 3, n. 2, 2012. Disponível em: <<http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/moci/article/view/2104>>. Acesso em: 25 fev. 2017.

SAYÃO, L. F. Afinal, o que é biblioteca digital?. **Revista USP**, nº. 80, p. 6-17, 2009. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/13709>>. Acesso em: 25 mar. 2017.

SILVA, A. L. M. **Direito do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2005.

SILVA, L. R.C. et al. Pesquisa documental: alternativa investigativa na formação docente. In: **Congresso Nacional de Educação**. 2009. p. 4554-4566. Disponível em: <[http://www.pucpr.br/eventos/educere/educere2009/anais/pdf/3124\\_1712.pdf](http://www.pucpr.br/eventos/educere/educere2009/anais/pdf/3124_1712.pdf)>. Acesso em: 01 mar.2017.

SILVA, M. **Special libraries**. London: Deutsch, 1970.

SILVA, M. A polissemia do termo " arquivo". In: **XVII Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação**. 2016. Disponível em: <<http://www.ufpb.br/evento/lti/ocs/index.php/enancib2016/enancib2016/paper/viewFile/3879/2444>>. Acesso em: 01 abr. 2017.

SOARES, P. Solicitação – Desenvolvimento de coleções [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <[erika-tinoco@outlook.com](mailto:erika-tinoco@outlook.com)> em 05 jun 2017.

SOARES, P. Solicitação – Serviços da Biblioteca [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <[erika-tinoco@outlook.com](mailto:erika-tinoco@outlook.com)> em 05 jun 2017.

SOUSA, T. L. **Educação ambiental**: possibilidades de inserção do bibliotecário neste contexto social. 2008. 64 f. Monografia (Bacharelado) - Curso de Graduação em Biblioteconomia, Departamento de Biblioteconomia, UFRN, Natal, 2008. Disponível em: <<http://monografias.ufrn.br:8080/jspui/handle/1/148>>. Acesso em: 24 mar. 2017.

TAMMARO, A.M.; SALARELLI, A. **A biblioteca digital**. Brasília: Briquet de Lemos, 2008.

TERRA, A. L.; SÁ, S. Tudo o que vem à rede é peixe? A credibilidade da informação na web. In: **ACTAS Congresso Nacional de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas**. V. 11, 2012. Disponível: <<http://bad.pt/publicacoes/index.php/congressosbad/article/view/441>>. Acesso: 07 abr. 2017.

VERGUEIRO, W. C.S. Desenvolvimento de coleções: uma nova visão para o planejamento de recursos informacionais. **Ciência da informação**, Brasília, v. 22, n. 1, 1993. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/512>>. Acesso em: 20 mar. 2017.

VERGUEIRO, W. **Desenvolvimento de coleções**. São Paulo: Polis, 1989.

ANDRADE, D.; VERGUEIRO, W. **Aquisição de materiais de informação**. Briquet de Lemos. 1996.

VERGUEIRO, W. O futuro das bibliotecas e o desenvolvimento de coleções: perspectivas de atuação para uma realidade em efervecência. **Perspectivas em ciência da informação**, v. 2, n. 1, 1998. Disponível em: <<http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/view/629/413>>. Acesso: 01 abr. 2017.

VERGUEIRO, W. **Seleção de materiais de informação: princípios e técnicas**. Brasília: Briquet de Lemos, 2010.

VOLPATO, S. M.B. A trajetória de uma biblioteca especializada: o caso da biblioteca do Curso de Pós-Graduação em Administração da UFSC. **Revista de Ciências da Administração**, Florianópolis, 1999. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/adm/article/view/8055/7438>>. Acesso em: 20 abr. 2017.

WEITZEL, S. R. Critérios para seleção de documentos eletrônicos na Internet. In: **Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação**, Porto Alegre, v.19, 2000. Disponível em: <<http://eprints.rclis.org/6491/>>. Acesso em: 05 abr. 2017.

WEITZEL, S. R. Desenvolvimento de coleções: origem dos fundamentos contemporâneos. **TransInformação**, Campinas, v. 24, n. 3, p. 179-190, 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/tinf/v24n3/a03v24n3>>. Acesso em: 25 fev. 2017.

WEITZEL, S. R. **Elaboração de uma política de desenvolvimento de coleções em bibliotecas universitárias**. Rio de Janeiro: Interciência 2006.

WEITZEL, S. R. O desenvolvimento de coleções e a organização do conhecimento: suas origens e desafios. **Perspectivas em ciência da informação**, Belo Horizonte, v. 7, n. 1, 2002. Disponível em: <<http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/view/414>>. Acesso em: 25 set. 2016.

WHITE, G. W.; CRAWFORD, G. A. Developing an electronic information resources collection development policy. In: **Asian Libraries**, Bingley.UK, v. 6, n. 1/2, p. 51-56, jan. 1997. Disponível em: <<http://www.emeraldinsight.com/doi/abs/10.1108/10176749710368226>>. Acesso em: 27 mar. 2017.

WHITTEN, D.G.A.; BROOKS, J. R. V. **A Dictionary of Geology**. Harmondsworth: Penguin Books, 1972.

WRIGHT, J. E. **Manual of Special Library Technique**. London: ASLIB, 1946.

ZAGZEBSKI, L. **Epistemic Authority**. New York: Oxford University Press, 2012.

ZANELLA, L. C.H. Metodologia de estudo e de pesquisa em administração. **Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração/UFSC**, 2009. Disponível em:<[http://200.129.241.123/arquivos/Fasciculo\\_Metodologia\\_TC.pdf](http://200.129.241.123/arquivos/Fasciculo_Metodologia_TC.pdf)>. Acesso em: 25 mar. 2017.